

Saberes & Conhecimento

A coletânea Saberes & Conhecimento possibilita aos estudantes, professores, pesquisadores e todos aqueles envolvidos no âmbito educacional um olhar crítico sobre algumas questões como: a influência das práticas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem; os avanços nos estudos das práticas educacionais e inclusivas; contextos e nuances psicológicos da educação; habilidades necessárias para a docência, entre outros diversos tópicos baseados em estudos e teorias fundamentais para a melhor compreensão dos temas citados, tornando esta coletânea indispensável no processo de aquisição do conhecimento.

ISBN 978-855296228-1




OLYVER
www.editoraolyver.org



SABERES &
CONHECIMENTO
EDUCAÇÃO EM FOCO

Volume 4

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Radjane Morais
IMAGEM DE CAPA: <https://br.pinterest.com/>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S132p

BARROS, Betijane Soares de

Saberes & Conhecimento: educação em foco – Volume 4. [recurso digital] / Betijane Soares de Barros. – Maceió, AL: Editora Olyver, 2019.

ISBN: 978-972-22-2877-5

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Educação. 2. Tecnologia. 3. Pedagogia. 4. Letramento. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

BETIJANE SOARES DE BARROS (ORG.)

SABERES &
CONHECIMENTO
EDUCAÇÃO EM FOCO

Volume 4

Maceió-AL
2019


OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição

COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL

Prof^a Dr^a. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL

Prof^a Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Laís da Costa Agra

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

Prof. Dr. Silóé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Prof^a Dr^a. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Prof^a Dr^a. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

SOBRE A AUTORA



BETIJANE SOARES DE BARROS - Possui Doutorado em Ciências da Educação e Doutorado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciências da Saúde, Especialização em Ciências Biológicas e Especialização em Neuropedagogia, Graduação em Ciências Biológicas.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
PÚBLICA 10

FERREIRA, Flávia Barboza

PEDROSA, Francyne da Silva

LIRA, Jozenilda Pimentel Camelo

OMENA, Rubiana de Gusmão Moreno da Rocha

BARROS, Betijane Soares de

CAPÍTULO 2

A TECNOLOGIA NA AULA: A NOVA
GERAÇÃO DE FERRAMENTAS ÚTEIS AO
ENSINO. 29

Célia Mônica Alves da Silva

CAPÍTULO 3

NO MUNDO ATUAL A EDUCAÇÃO E O
CAPITALISMO SÃO AMIGAS OU INIMIGAS
MORTAIS? 37

Sergio Ricardo Dias Camelo

CAPÍTULO 4

ALFABETIZAR LETRANDO: ENSINANDO
COM SIGNIFICADO NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL 51

Maria José Costa Toledo

CAPÍTULO 5
ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E
PEDAGOGIA: UM NECESSÁRIO DIÁLOGO
CONSTRUTIVO - UM SABER DE FRONTEIRA. 59
LOPES, Audeluze Maria Victor de Mendonça
BARROS, Betijane Soares de

CAPÍTULO 6
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA
FORMAÇÃO DO EDUCANDO..... 73
Samuel Ferreira dos Santos
Carla Mirian dos Santos
Gemima Maria Reis de Souza
Luciana Maria da Silva
Sandra Maria Pontes
Elizabeth Calheiros Borges
Amara Maria de Lima Buarque

CAPÍTULO 7
DIVERSIDADE E LETRAMENTO
ESCOLAR..... 83
Valquiria Maria do Nascimento

CAPÍTULO 8
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO E
EMANCIPAÇÃO NO SISTEMA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO 96
Josy Matias

CAPÍTULO 9
ANTROPOLOGIA E AMBIENTE ESCOLAR:
UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA NA
CONTEMPORANEIDADE..... 122
Ivoni Lima de Andrade
Jackson Douglas Santana

CAPÍTULO 1

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

FERREIRA, Flávia Barboza¹

PEDROSA, Francyne da Silva²

LIRA, Jozenilda Pimentel Camelo³

OMENA, Rubiana de Gusmão Moreno da Rocha⁴

BARROS, Betijane Soares de⁵

INTRODUÇÃO

Atualmente na maioria das escolas da rede municipal de ensino, a questão da gestão democrática vem sendo debatida constantemente pelos profissionais, a fim de repensar o contexto educacional de ensino, de forma que promova a democracia como prática do trabalho pedagógico.

¹ Especialista em Neuropsicologia, Língua Portuguesa e Literatura. Licenciada em Pedagogia. flaviaferreirababoz@gmail.com

² Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico: Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar. Licenciada em Pedagogia. francynepedrosa@outlook.com

³ Especialista em Letras e Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. jozenildacamel@yahoo.com.br

⁴ Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. rubianaomena@hotmail.com

⁵ Professora orientadora, Doutora em Ciências da Educação e Ciências da Saúde. bj-sb@hotmail.com

Portanto, é de fundamental importância que a gestão democrática do trabalho pedagógico para a escola cumpra sua função educativa e pedagógica.

Assim, o presente trabalho visa apresentar a importância da gestão democrática sendo trabalhada nas instituições de ensino pública de forma democrática, levando em conta a relevância do papel do gestor frente à comunidade escolar, com o intuito de mediar e direcionar a escola com o foco no crescimento profissional e na aprendizagem dos discentes de forma coletiva.

A escolha da temática aconteceu, devido a crescente falta de profissionais preparados e qualificados para assumir uma instituição de ensino na qual o âmbito da relevância social da mesma é ser regida através da gestão democrática participativa, sendo assim, busquei entregar-me acerca do tema escolhido e buscar uma maior compreensão para introduzir neste capítulo, seja através de disciplinas estudadas ao longo do curso, discussões e debates pedagógicos, percebendo a necessidade de mudança no âmbito educacional. A partir dessa compreensão passei a ter uma visão mais crítica e observadora no que diz respeito à gestão democrática trabalhada nas instituições, na forma como a mesma acontece, na maneira que pode contribuir de forma significativa no desenvolvimento do ser humano, auxiliando não só no desenvolvimento profissional e pessoal, mas também no desenvolvimento social e cultural.

Tratarei a seguir, pontos cruciais sobre o papel do gestor escolar frente ao novo paradigma educacional, a gestão democrática, a sua importância no âmbito

educacional colaborando para a transformação dentro de uma visão inovadora e como a mesma está revolucionando o processo de tomadas de decisões.

Vale ressaltar, que várias modalidades de gestão foram vivenciadas no decorrer do tempo, mas a que vem crescendo nos tempos atuais é a gestão democrática, onde valoriza justamente a coletividade entre os funcionários, comunidade escolar e os órgãos colegiados mediante aos problemas, soluções etc., na escola.

Portanto, é importante pensar nesta modalidade de gestão de forma diferente, buscando soluções inovadoras para os desafios encontrados, visando uma qualidade melhor de educação.

É de fundamental relevância o trabalho participativo entre os demais setores da escola, valorizando e questionando as ideias trazidas pela comunidade escolar, fazendo com que todos se façam integrantes do processo educativo.

1. O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

Constantemente nos ambientes escolares ouvem-se indagações acerca do papel do gestor escolar na atualidade, mas pouco se sabe que ele é fundamental e essencial para o bom andamento e mediação das atividades na instituição de ensino.

O papel do gestor escolar não se resume meramente apenas à administração das escolas, mas a de um ser responsável e comprometido com sua instituição e por transformações educacionais no setor atual, o qual deve ser

executado em parceria com a comunidade escolar para que de fato avanços aconteçam no panorama educacional garantindo assim, uma gestão democrática, participativa e uma estrutura organizacional eficiente para que a melhoria seja efetiva e valorizada por todos os envolvidos.

A esse respeito, Libâneo ressalta que:

A escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Vivendo a prática da participação nos órgãos deliberativos da escola, os pais, os professores, os alunos vão aprendendo a sentir-se responsável pelas decisões que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade. (LIBÂNEO, 2008, p. 139).

Ou seja, a gestão democrática deixa de ser executada de forma hierarquizada, e os atores envolvidos no cotidiano escolar começam a participar ativamente da gestão, pois qualquer decisão, ação tomada e implantada no âmbito escolar tem de ser de conhecimento de todos.

Assim, o profissional que busca trabalhar na área da educação ou trabalha, deve saber lidar no dia a dia com as demais pessoas, com responsabilidade, prazer, motivação, dentre outras formas que deve assumir para que sua equipe esteja interagindo com a comunidade escolar de forma inovadora, compartilhando conhecimentos e experiências.

A prática em gestão escolar é tarefa de todos os funcionários, agentes envolvidos e demandam compartilhamento. Não é apenas de responsabilidade individual, deve-se trabalhar em equipe. Por isso, se faz

necessário uma formação continuada para esses profissionais, onde os mesmos percebam e busquem compreender melhor o âmbito escolar.

Cabe ao gestor fornecer apoio técnico para que haja persistência e continuidade frente ao trabalho educativo.

Desta forma, é extremamente importante que esse profissional esteja em uma constante busca por aprender. Pois, dirigir uma escola exige o apoio e comprometimento de toda equipe e principalmente da comunidade escolar.

Portanto, para que ocorra a democracia nas escolas de forma eficaz, se faz preciso à efetiva participação dos vários segmentos da comunidade escolar, em qualquer processo decisório da instituição, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie ambientes agradáveis que venham estimular os trabalhos em equipe, tanto para os funcionários da escola como aos alunos. Pois, toda equipe gestora é de principal relevância para que metas e objetivos sejam alcançados. É importante ressaltar que o mesmo deixe explícita a função de cada funcionário evitando que ocorra equívocos.

Se antigamente o gestor era visto como uma figura autoritária, que impunha regras e estratégias, o que deveria estar frente aos demais para resolver qualquer situação relacionada ao ambiente escolar.

Atualmente esta visão vem aos poucos quebrando paradigmas e revolucionando a educação brasileira, pois o gestor de antes não é mais o mesmo de hoje, o mesmo sabe dos seus direitos e deveres dentro da instituição e principalmente sobre o papel que deve ser executado dentro de uma gestão democrática, onde promova e busque a

democracia para ambos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, é importante ressaltar que no cenário atual onde a democracia está adentrando em todos os setores, gestores escolares buscam dar subsídios educacionais para que ocorra a formação de sujeitos críticos e participativos na sociedade, pois a finalidade da escola, mais especificamente da equipe gestora e professores é a busca de uma educação de qualidade, onde possam formar cidadãos preparados para a vida.

Todavia, para que esse fato aconteça de forma prazerosa e inovadora no âmbito escolar, o gestor precisa propiciar condições para a prática docente e discente, possibilitando a participação democrática de todos os elementos envolvidos na vida escolar, para que de fato as relações humanas e educacionais dentro do ambiente escolar possam melhorar a qualidade do ensino.

Segundo Libâneo (2004):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomadas de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações com a comunidade e favorece uma aproximação. (LIBÂNEO, 2004, p.102).

Além disso, a democratização da gestão por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação no âmbito

escolar, mais especificamente do conselho escolar, pode-se apresentar de forma primordial, para envolver e solucionar problemas. É de suma importância mencionar que esse processo, certamente, possibilitará um enfoque maior no aprendizado coletivo e participativo, onde o resultado poderá ser visto no fortalecimento da gestão democrática na escola.

Contudo, se faz necessário ressaltar que quando o gestor apresenta boas posturas em suas ações, ouvi, coordena, respeita o próximo e mantém sempre metas, isso normalmente contagia a equipe pedagógica e a comunidade que se torna motivada, aguça o interesse por mudanças e enfrentam juntos os desafios do cotidiano escolar em parceria.

Esse é o verdadeiro papel do gestor escolar frente aos demais funcionários e na administração de uma instituição escolar, onde cotidianamente está se relacionando com pais, professores, estudantes e funcionários.

Sendo assim, é extremamente importante que o mesmo busque mecanismos educacionais com o intuito voltado para a construção do conhecimento coletivo, de forma que contribua para um aprendizado mais qualitativo e enriquecedor para ambos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar.

Desta forma, o gestor deve saber exercer seu papel de promotor de integração com outras lideranças da escola como mediador, onde tenha a capacidade de identificar entre todos os envolvidos, quais podem melhor auxiliar e

trazer boas ideias para a escola, ajudando nas tomadas de decisões e no planejamento das ações escolares.

De acordo com Lück (2009):

O grande desafio do diretor constitui-se, portanto, em atuar de modo a conhecer os valores, mitos e crenças que orientam as ações das pessoas que atuam na escola e como se reforçam reciprocamente e, em que medida esses aspectos desassociaam ou distanciam dos objetivos, princípios e diretrizes educacionais. E ainda, em compreender como sua própria postura interfere nesse processo, para então, atuar de modo a promover a superação do distanciamento porventura existente entre os valores vigentes e os objetivos educacionais. (LUCK, 2009, p. 121).

Ou seja, suas ações e atividades estão focadas na busca do crescimento educacional dos alunos, resgatando os valores, culturas, morais e sociais. Para que esse fato realmente aconteça cabe ao mesmo acompanhar cotidianamente o rendimento dos alunos e participação dos pais no processo de aprendizagem, por meio de reuniões para troca de experiências e avaliação, buscando dinamizar o processo de comunicação e relacionamento.

A partir desta realidade, passar a desenvolver um trabalho diversificado que atenda às necessidades de todos, com envolvimento simultâneo e participação coletiva, fazendo com que as experiências educativas e a proposta curricular se tornem mais rica e significativa, ajudando a atingir o sucesso educacional.

Assim, torna-se visível e indispensável à participação da comunidade escolar no que diz respeito à tomada de decisões, na contribuição acerca da elaboração do projeto político pedagógico, no desenvolvimento do currículo e principalmente nos objetivos que a escola deseja alcançar.

Sabe-se, porém, que diferentes visões estão presentes no cotidiano da instituição. Porém, cabe à equipe gestora lidar com esses desafios que possam vir a ocorrer para dificultar a participação e o convívio entre a equipe pedagógica.

1.1 A importância da gestão democrática na escola

A educação, com sua organização, passa por inúmeras transformações no panorama educacional e vem quebrando paradigmas, suas mudanças passam a ser históricas, conceituais e estruturais, que necessitam ser questionadas na dinâmica de seu processo, sendo assim, deve-se levar em consideração que ela está relacionada a aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Portanto, é um dos principais instrumentos para que o ser humano construa sua identidade enquanto cidadão perante a sociedade.

Nessa concepção a organização e a gestão escolar precisam ser refletidas em relação ao comprometimento dos agentes envolvidos na instituição. Esse processo demanda tempo, pois implica mudanças culturais, administrativas, políticas e pedagógicas.

A esse respeito, Lück menciona que: “O gestor escolar promove a redistribuição das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar” (LÜCK, 2002).

Sendo assim, a mesma deve-se ocorrer de forma participativa no cotidiano escolar, onde diretor, coordenador tem que tomar a frente para incentivar sua equipe pedagógica e a comunidade escolar, tendo como principal objetivo, à participação coletiva, onde demanda responsabilidades por ambas as partes, além da opinião acerca de determinado assunto discutido.

Portanto, dirigir e coordenar uma instituição escolar não é tarefa fácil, requer fazer a escola funcionar mediante o trabalho conjunto.

Vale ressaltar, que é preciso assumir o sucesso ou o fracasso da equipe, saber aceitar os pontos positivos e negativos, com isso, buscar novas ferramentas educacionais visando sempre o crescimento institucional da equipe.

Partindo desse princípio, é de fundamental importância capacitar esses profissionais, para atender e conviver melhor com a comunidade escolar. Pois, a gestão democrática exige novas formas de organização e efetivação de ações.

Sendo assim, Bordignon e Gracindo menciona que:

A gestão democrática deve, dessa forma, ser compreendida não apenas como um princípio de novo paradigma, mas também como um objetivo a ser perseguido e aprimorado, além de configurar-se como uma prática cotidiana nos ambientes

educativos. (BORDIGNON e GRACINDO, 2001, p. 165).

Portanto, todas as atividades educacionais vigentes na escola são de responsabilidade de todos, mais especificamente da equipe gestora que irá interligar os espaços de trocas pedagógicas entre todos, sejam alunos, pais, professores e os órgão colegiados, evidenciando sempre que ambos estão ligados e lutando por um objetivo em comum, a aprendizagem dos alunos e o crescimento institucional da escola.

É importante destacar que, inúmeras formas de se organizar uma gestão democrática nas escolas públicas podem ser utilizadas no sistema educacional brasileiro. Entre elas destacam-se, o direcionamento da autoridade do município ou estado para se formar dirigentes da escola, o que na maioria das vezes acontece por critério de pessoas que o votaram e lhe fizeram eleito, a segunda modalidade é as eleições diretas para diretor, aonde a comunidade escolar, junto com os alunos maiores de dezoito anos, funcionários, etc., vão à urna para decidir quem dos candidatos irá vencer e se tornar o gestor da escola. Vale ressaltar, que para esse fato acontecer o professor (candidato) deverá ter no mínimo dois anos de trabalho dentro desta instituição escolar. E por fim, o diretor que foi aprovado em concurso público.

Contudo, menciono que essas modalidades de gestão apontadas são apenas algumas das quais existem no setor educacional brasileiro, onde especificamente são as mais utilizadas nas escolas de rede pública.

Entretanto, cabe aos gestores se inteirar acerca de cada modalidade educacional de gestão democrática existente e junto com sua equipe buscar estratégias que venham contribuir de fato para um melhor mecanismo de gestão democrática participativa nas escolas, onde possibilite que todos os envolvidos participem de forma ativa das atividades escolares.

Entende-se que seja este o foco do gestor, fazer com que sua equipe pedagógica conte com sua presença como ajuda, um ponto de apoio, um corresponsável pelos trabalhos em sala de aula, pois um gestor comprometido com finalidades da educação, precisa ser um líder em quem todos confiam, e não um administrador.

Enfim, é necessário que ele tenha noção da realidade do seu contexto ou uma perspectiva da totalidade, para que de fato aconteça uma gestão coerente com as reais necessidades da escola.

Sendo assim, para Silva (1993), a importância da participação da comunidade em conjunto, consegue-se resolver mais adequadamente problemas como a democratização do acesso, a reprovação, evasão e outras questões relevantes à educação.

Conforme Paro (2008):

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade representa para a ação. (PARO, 2008, p.17).

Ou seja, a integração da escola na sociedade traz novos desafios, e é preciso que a escola conheça e vivencie problemas que a comunidade local enfrenta, e ao mesmo tempo, faz um chamamento para que esta efetive a sua participação nos rumos a que pertence tomar.

Desta forma, proporcionando um canal de comunicação extraescolar, outorgando e socializando o poder coletivo, na procura de programar metas e conseguir realizar as atividades planejadas.

Portanto, o sucesso escolar estará relacionado à maneira como ele irá articular com os vários segmentos da sociedade.

Para tornar essa condição uma realidade, se faz necessário que as escolas públicas brasileiras implantem em seu currículo, trabalhos diversificados com o intuito de atender às necessidades dos alunos e da comunidade, no que diz respeito a alternativas de esporte, cultura, formação, lazer e principalmente a aprendizagem.

No entanto, ainda é um grande desafio encontrarmos atualmente uma prática que integre os diversos fazeres educativos de forma democrática e participativa nas instituições escolares. Por isso, se faz necessário, conhecer como essa redistribuição acontece, em que perspectiva esse comprometimento existe na escola e o aprendizado e parceria que se tem.

Portanto, a escola precisa e deve incentivar as potencialidades existentes em cada indivíduo a fim de se tornarem-se ações criativas e inovadoras para a educação brasileira.

Contudo, Paro (2001) ressalta que:

A escola precisa ter liderança de um gestor comprometido com a qualidade da educação e com as transformações sociais que possibilite avançar o aluno nos mais variados aspectos: social, político, intelectual e humano. Organizar o trabalho pedagógico requer enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontram numa escola pública, daí a necessidade da escola educar para a democracia, e essa tendência pedagógica deverá ser observada ao longo dessa labuta. (PARO, 2001, p. 45).

Convém salientar que nesse sentido, é imprescindível a boa convivência, para gerar confiança, fortalecer o diálogo e a participação, assim é preciso que os integrantes adquiram consciência que o segredo do sucesso escolar depende do empenho de cada um, da tolerância e do saber coletivo.

É essencial oferecer aos futuros gestores e àqueles que já atuam nas instituições escolares, instrumentos necessários para que possam inspirar e alimentar novas práticas de liderança, com segurança, criatividade e companheirismo, criando ambientes de inovação educacional.

Entretanto, todas essas mudanças fazem ver a educação com um olhar de esperança e de crédito, frente à tão discutida gestão democrática, que busca consolidar ações, pela participação dos representantes dos vários segmentos da sociedade, e tem como objetivo fortalecer a escola e a qualidade do ensino.

1.2 Metodologia

O referido capítulo trata-se dos estudos e reflexões sistematizadas feito com base em publicações de livros sobre o tema: A gestão democrática da escola pública, ele foi fundamentado teoricamente através de pesquisas bibliográficas.

Os procedimentos metodológicos necessários à realização deste trabalho partem da abordagem qualitativa, na perspectiva da pesquisa, objetivando compreender efetivamente o processo de gestão democrática da escola pública.

Durante a fase seletiva houve a preocupação e cuidado de fazer uma leitura cuidadosa dos acervos bibliográficos, onde percebi a fundamental importância de realizar um trabalho voltado na área da gestão democrática, com o foco voltado para efetivar sua real necessidade de implantação nas escolas de rede pública, onde a demanda de alunos pais, dirigentes, etc., são maiores e requer mais cuidado.

Falar em gestão democrática permite à reflexão sobre os diversos ajustes, transformações e contornos educacionais existente na educação brasileira.

Para que ocorram transformações na qualidade do ensino, é preciso que o diretor vá além, fazendo com que cada profissional, aluno e pai, sintam que a escola lhe pertence e abrace a mesma de forma positiva.

CONCLUSÃO

Diante os estudos e informações contidas no presente trabalho, foi possível identificar que todas as reflexões apontadas são de fundamental importância para identificar e mudar o conceito que se tem de gestão democrática nas instituições de ensino público.

Convém salientar que para melhorar a qualidade do ensino e elevar o desempenho do trabalho pedagógico, o gestor escolar junto com sua equipe precisa adequar-se à nova forma de gerenciar. Mantendo sempre a boa convivência entre ambos, fortalecendo o diálogo e a participação coletiva, contribuindo desta maneira para o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, a pesquisa permitiu uma maior compreensão acerca do tema, principalmente para as questões relacionadas aos diversos meios existentes de concepções que os gestores podem desempenhar para trabalhar e incentivar sua equipe pedagógica e a comunidade escolar. Desta forma, passei a ter uma visão mais crítica e observadora no que está relacionado à gestão democrática sendo introduzida nas escolas públicas. Contudo, é preciso diálogo, para se ter plena capacidade de decidir e construir uma gestão democrática participativa na escola.

Vale ressaltar que a escola, como sendo um ambiente social e transformador, deverá ser para todos os envolvidos no processo educativo, onde ocorram às trocas e vivências de experiências entre os funcionários, pais, alunos e órgão colegiados, contribuindo de forma inovadora e

enriquecedora para efetivação de uma aprendizagem significativa, flexível e prazerosa.

Entretanto, observar, avaliar e refletir, é instrumentos importantes para a educação em si e para melhorar o papel de todos os agentes envolvidos.

Portanto, é necessário compreendermos a gestão como um processo educativo de administração coletiva, onde todos os membros da comunidade escolar estão envolvidos na busca da melhoria do ensino.

Para isto, é de principal relevância pensar a gestão de forma diferente e buscar modificar as práticas comumente utilizadas, visando sempre à melhoria da qualidade da educação brasileira.

Sendo assim, os desafios encontrados, principalmente no cotidiano escolar, devem ser enfrentados, tendo em vista a necessidade de inovação para a superação dos problemas encontrados no dia a dia escolar.

Desta maneira, a participação nas decisões, na execução das ações, a valorização de ideias trazidas pela comunidade escolar, demanda comprometimento e responsabilidade de todos, para que de fato todos se sintam integrantes do processo educativo e contribua de forma enriquecedora no processo de ensino e aprendizagem escolar.

Enfim, essa pesquisa foi de principal relevância para vida pessoal e profissional, constatando ser um fator de aprendizagem, tornando-se interessante favorecendo o desenvolvimento coletivo.

Pois, coordenar uma escola exige que o diretor domine as questões administrativas, conhecer as políticas

públicas, estimula a participação dos pais e da comunidade, ajuda a formar professores e funcionários, tudo com um objetivo maior, garantir que os alunos aprendam.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON G. e GRACINDO, R. V. **“Gestão da educação: o município e a escola”**. In: Ferreira, N.S.C e AGUIAR, M. A. S. (Orgs). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5 ed. Goiânia. Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. Ed. revista e ampliada. Goiânia: MF livros, 2008.

LÜCK, Heloisa. (Org.) **Gestão escolar e Formação de Gestores**. Em Aberto, Brasília, V. 17, n. 72, p.1-1195, fev./jun. 2000.

LÜCK, Heloisa. Et al. **A escola participativa – o trabalho do gestor escolar**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3º ed. São Paulo: Editora ética, 2008.

SILVA, Maria Alice Setubal Souza e. (Org.). **Gestão Compromisso de todos.** Livro 2. Editora raízes e asas, 1993.

CAPÍTULO 2

A TECNOLOGIA NA AULA: A NOVA GERAÇÃO DE FERRAMENTAS ÚTEIS AO ENSINO.

Célia Mônica Alves da Silva⁶

INTRODUÇÃO

Há uma pressão enorme para incluir as tecnologias móveis na educação. Há muitas formas de criar um projeto ou atividade usando o tablet, mas nenhuma receita pronta. Especialistas sugerem caminhos para quem quer dar os primeiros passos. A primeira dica é de Adriana Martinelli, coordenadora da área de Educação e Tecnologia do Instituto Ayrton Senna. “Quando o professor chega a conclusão de que não sabe como fazer, é porque a adoção da tecnologia está sendo um apêndice. O ideal de um trabalho de tecnologia é não pensar na tecnologia em si, mas quer que seja uma ferramenta natural.”

Muitas escolas no Brasil preparam-se para mudar totalmente o seu projeto pedagógico, e algumas já mudaram e os professores precisam tornar-se expertos nos novos gadgets para ensinar tecnologia aos jovens que nasceram apertando botões. Este é um campo minado de discussões,

⁶ Mestra em educação UNASUR. Especialista em língua portuguesa Serigy 2012. Licenciada em Português Unit, 2006.
E-mail: celiamonica@bol.com.br

decisões, interesses. Qualquer análise ainda é parcial, provisória, precária. O presente trabalho tem como objetivo sugerir caminhos para quem quer dar os primeiros passos para utilizar aparelhos tecnológicos na sala de aula através de pesquisas bibliográficas.

1. A NOVA GERAÇÃO DE FERRAMENTAS UTEIS AO ENSINO.

Quando surge uma nova ferramenta tecnológica não demora para os apocalípticos se manifestarem. Não foi diferente em relação ao prematuro pressagio de que os tablets e outros aparelhos de leitura digital matariam os didáticos impressos e todos os outros livros de papel também.

Acalmado o pandemônio, no entanto, houve um notável movimento de adaptação das instituições tradicionais para acolher as novas ferramentas. Editoras abrem o seu leque de produtos e passam a comercializar livros em múltiplas plataformas; escolas, em especial as particulares se equipam com os novos materiais e criam oportunidades para professores desenvolverem projetos em tablets. Obviamente, todos tateiam e exploram o terreno desconhecido, e obtêm sucesso na base da tentativa e erro.

Ana Tereza Ralston, diretora de tecnologia da educação da Abril Educação, que encabeça a adaptação de livros digitais das editoras Ática e Scipione, lembra que a afinidade dos jovens das gerações nascidas entre 1980 e 2000 com os novos *gadgets*, associada ou provocada pelo ritmo frenético de inovação vivenciado hoje, cria a falsa

impressão de que a tecnologia só chegou à escola no século 21.

Devemos considerar, no entanto, que computadores fazem parte do ambiente escolar há quase duas décadas, lousas digitais estão presentes em instituições públicas e privadas há anos, e muito antes já tínhamos televisores, projetores, rádios. Todos esses aparelhos são tecnologia, assim como a caneta, o papel, o giz e a lousa “analógica” também o foram, cada qual há seu tempo. Por isso, não há motivo para pânico editorial pedagógico.

Os livros didáticos não morreram. O que houve foi, com os recursos que o tablet oferece, um aprimoramento da apresentação do material. Nada indica que o livro didático vá acabar. Mas a forma como ele é trabalhado irá mudar.

Se a tendência de adaptação dos didáticos ao universo digital e móvel é sem volta, não significa que os livros impressos estejam fadados ao esquecimento. Especialmente depois que o Ministério da Educação anunciou, há três anos, a compra de 600 mil tablets entregues a professores do ensino médio de escolas públicas municipais, estaduais e federais no segundo semestre de 2012.

Isso quer dizer que o acesso a esses aparelhos, mais baratos do que eram os computadores quando foram popularizados, não é a maior dificuldade para incluí-los na escola. O real impasse é, uma vez que o professor recebe o tablet nas mãos, saber o que fazer com ele para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. O desafio é, portanto, fazer com que a tecnologia, que já faz parte da vida dos

jovens, seja usada para potencializar o que é trabalhado em sala de aula.

A sociedade espera muito do jovem de hoje: precisamos que ele saiba selecionar informações (e com elas construa conhecimento), trabalhe em colaboração, tenha autonomia, desenvolva habilidades de planejamento e, ao mesmo tempo, que dialogue com as velhas e novas formas de organização social. O uso instrumental da tecnologia ele já possui; o que buscamos agora é que ele faça usos significativos da tecnologia para alcançar tais objetivos. E, ao mesmo tempo, que o professor também esteja apto (preparado e formado) a apoiá-lo nessa jornada.

A solução pode parecer lógica, mas não é simples. Apropriar-se dos tablets na sala de aula, segundo especialistas, exige um novo paradigma de educação. Tentar levar um método tradicional para o aparelho não funciona, porque são experiências completamente novas que requerem uma dinâmica pedagógica diferente.

Um desafio importante, então, é dar instrumentos para o professor criar atividades com novas metodologias, atividades transformadoras. Isso significa pensar em atividades fora da sala de aula, em conteúdos interativos.

Assim o professor precisa pensar que conteúdo hoje pode ser transformado, pode ser pensado como um brinquedo Lego, constituído por pecinhas que posso readequar, cotransformar, sem um compositor do conteúdo.

2. A PRESENÇA DE MÚLTIPLOS AUTORES.

Entramos numa era em que deixamos de ser apenas consumidores para sermos também produtores de conhecimentos e, nesse contexto, é importante que os alunos estejam tão envolvidos com o desenvolvimento da atividade quanto os professores.

Na prática tradicional, o professor define tudo. Organiza toda aula sozinho e tem previsto tudo o que vai acontecer. Chega à escola com tudo montado e despeja a informação no aluno, exigindo em uma avaliação que ele exponha o mesmo conteúdo.

O computador de mão, para ele, favorece uma nova pedagogia, em que o educador constrói junto aos alunos um instrumento de avaliação, planeja junto, permite que os jovens saibam de antemão o que vão aprender e tenham autonomia para mudar o rumo da aula, compartilhar seus registros, acompanhar o raciocínio do professor fazendo suas próprias pesquisas.

O maior ganho observado até agora, nas escolas que levar a tecnologia para a sala de aula, em oposição aos laboratórios de informática, que levam o aluno a um ambiente separado. Com isso, o dispositivo é, aos poucos, considerado mais um material de trabalho e não uma ferramenta isolada.

3. O PROFESSOR DO FUTURO

Em que nível o professor do futuro vai precisar dominar essas tecnologias para conseguir trabalhar, ainda não é algo que consigamos prever com certeza, embora possamos imaginar. O uso dos computadores, ainda está passando pelo entendimento das pessoas.

Precisamos de mais conteúdo para essas plataformas, e não estamos falando de Power Point, mas de conteúdo que explore a internet, o GPS, as redes sociais, a colaboração e a cocriação. As escolas precisam conhecer boas práticas, investir em plataformas de criação coletiva e na formação de professores.

Portanto, as escolas precisam assumir, em menor escala, o papel de editoras, pois também vão criar e compartilhar seus conteúdos. Com o avanço de tecnologias de inteligência artificial, redes de telecomunicação melhor preparadas, internet mais madura, processamento de dados melhor, ainda há muito que pode mudar.

CONCLUSÃO

Todas as tecnologias nos ajudam e ao mesmo tempo nos complicam, principalmente quando o aluno tem mais familiaridade do que os educadores com assunto sempre cria um desafio de formação de professores.

Logo, para evitar esse constrangimento, os educadores podem participar de uma incubadora de atividades tecnológicas, que os permite trazerem as necessidades e dificuldades dentro das tecnologias. Isso

porque a tarefa de formar professores para utilizar as Tecnologias da Informação e da Comunicação, muitas vezes, não consegue preparar esses profissionais para o desafio que seu uso, em sala de aula, representa. A formação continuada dos professores para o uso das tecnologias está comprometida em evidenciar a necessidade de mudar o foco do processo do ensino para a aprendizagem, mostrando que professores e alunos não são agentes antagonísticos no processo, mas parceiros na busca de soluções e construção de conhecimentos.

Porém, os aparelhos tecnológicos podem nos ajudar a aprender e a evoluir, mas também favorece a dispersão nas múltiplas telas, aparelhos, aplicativos, redes. Por isso o professor precisa quebrantar o mito do uso da tecnologia na escola e passar a dá segurança a se mesmo para participar ativos das atividades e projetos dentro das tecnologias atuais.

Portanto, esses mecanismos nos ajudam a comunicar-nos melhor, mas também a desfocarmos, distrair-nos, tornar-nos dependentes. Mas a educação é um processo rico e complexo de ajudar a aprender, a evoluir, a serem pessoas livres. As tecnologias fazem parte do nosso mundo, nos ajudam, mas ainda precisamos experimentar muito para encontrar caminhos de integração que nos permitam avanços significativos na escola e na vida.

REFERÊNCIAS

Garcia, Maria Luisa. Profesorado de Primaria y aplicación de tecnologías: um estudio de caso. Universidad Nacional

de Educación a distância (2010). Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación. Nº 38 Julio- Diciembre 2010pp. 63 – 7, España.

Gomes, Mayra; Soares, Rosana; Leite, Andrea. Wiki: uma experiência pedagógica. Revista Online de Comunicação Linguagem e Mídias (2009).

Em.rumores.usp.br/gomes.pdf acesso em 28 de setembro de 2013.

Real, L. M. C.; Axt, Margarete; Maraschin, Cleci (2007) Projetos de Aprendizagem e Tecnologias Digitais: uma experiência promovendo transformações na convivência na escola. RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 5, p. 9c.

Schäfer, Lacerda e Fagundes, (2009). Escrita colaborativa na cultura digital: ferramentas e possibilidades de construção do conhecimento em rede RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 7, n. 1.
www.guiadeeducacao.com.br

CAPÍTULO 3

NO MUNDO ATUAL A EDUCAÇÃO E O CAPITALISMO SÃO AMIGOS OU INIMIGOS MORTAIS?

Sérgio Ricardo Dias Camelo⁷

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo entender a relação entre a educação contemporânea e o capitalismo. Sabe-se que o controle social é a soma dos processos de que lança mão a sociedade para obter dos indivíduos e grupos o que é uma conduta necessária.

A escola deve cumprir um papel relevante na formação de cidadãos, como sujeitos políticos para uma democracia substantiva que exige seres protagonistas de seu tempo, ativos e organizados, que possam escolher bem seus próprios governantes, pois também está envolvida com a formação interna, de consciência das pessoas que frequentam o seu espaço. A ideia que se faz presente é a de que a escola possa trabalhar contra a alienação imposta pela organização social capitalista. Há a possibilidade autêntica, factível, de luta pela libertação do homem oprimido. Libertação que é sinônimo de conscientização (FAIXÃO, 2008).

O processo de construção de uma consciência crítica, que não pode ficar apenas no plano individual, poderia ser iniciado pela participação efetiva dos alunos nos assuntos escolares. Facilitar a formação cidadã por meio do

⁷ E-mail sergiopneus@sergiopneus.com.br

fortalecimento, práticas e espaços democráticos, é fundamental para favorecer a participação dos diversos atores na tomada de decisões como favorecimento das articulações no contexto institucional e, conseqüentemente, social imediato.

A educação institucionalizada representa o mais importante instrumento de controle social do tipo persuasivo. Segundo Costa (2009) isso se explica pelo fato de que ela envolve, por definição, todos os indivíduos que constituem a chamada nova geração, que passam a sofrer influência no meio social. É a sociedade que dita, através da educação e liderança política como os jovens devem se comportar, pensar e manifestar sua vontade.

1. EDUCAÇÃO E CAPITALISMO

Geralmente, as políticas sociais de uma sociedade capitalista são definidas pelos governantes pensando no capital, nos interesses e em sua própria valorização, que muitas vezes difere da realidade que compõe as diferentes classes sócias existenciais. Com isso, percebe-se que as políticas sociais de uma sociedade estruturada no capital são formadas pela junção de realidades distintas, seja pela participação pública e a apropriação privada dos órgãos de poder, seja pela participação popular e a relação entre as forças produtivas, conforme verifica Neves, (2009, p. 14) quando chama atenção para que se espera:

[...] no capitalismo monopolista, um estreitamento entre o econômico e o político na definição das políticas estatais.

Se, por um lado, o conjunto das ações do Estado passa a se organizar em relação ao seu papel econômico, por outro, a crescente socialização da participação política vai politizando progressivamente as ações econômicas estatais.

Dessa forma, entende-se que a percepção pessoal de determinados grupos políticos eleitos pela população definem a política social de uma localidade. Assim, constata-se que muitas vezes há interesses maiores ultrapassando limites presentes na localidade, desconsiderando os problemas e as necessidades de uma sociedade em constante movimento, considerando apenas os interesses da classe dirigente, sem levar em consideração os gerais. É preciso ir à busca de horizontes cada vez mais largos, que atenda a variedade das necessidades dos diferentes grupos sociais (ARANHA, 2009).

Nesse sentido, o processo histórico de formação político-social nos põe em evidência a relação entre as políticas públicas e o sistema econômico, onde a educação se apresenta na dependência dos fatores econômicos, da valorização do capital. De forma geral, as políticas educacionais do Estado sofrem diversas influências do desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que ali são estabelecidas, não esquecendo que a participação popular também é um fator preponderante na concepção de qualquer política educacional (MIZUKAMI, 2010).

No decorrer da história brasileira, a educação em nosso país foi refletindo o perfil de sociedade que se tinha ou que se desejava, muitas vezes influenciada pelos

modelos de relações sociais existentes entre os homens, reprodutor ou transformador da sociabilidade humana.

A educação, bem como outras esferas sociais apresenta importância para o Estado, pois ela se constitui como elemento fundamental na estrutura e na organização das sociedades. É preciso que o Estado se comprometa com o todo, articulando políticas públicas de valorização para toda a população, respeitando o direito de cidadania plena às classes existentes. Contudo, nessa disponibilidade de forças e organização social, devem ser criadas também possibilidades para que o Estado possa estabelecer um equilíbrio social, executando ações que apontem suas responsabilidades administrativas para o bem comum da população.

2. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Na sociedade capitalista moderna tem-se o desenvolvimento de valores que são essenciais para a convivência entre os indivíduos e que estão previstos no universo educacional. Nesse contexto, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), estabelece o seguinte, em seu art.2º.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nota-se que a elaboração desta legislação sofre influência direta da política neoliberal. A finalidade da educação brasileira no sistema capitalista é preparar o educando para o mercado de trabalho, para atender às necessidades e anseios dos burgueses, conforme se analisa no art. 35, do mesmo dispositivo legal.

[..]

II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (BRASIL, 1996).

Verifica-se a inexistência de uma educação universal no sistema capitalista, porque, apesar de se tentar promover o acesso de todos os indivíduos à escola pública e gratuita, ainda ocorre a interferência direta do Estado nos conteúdos abordados em sala de aula, que visam única e exclusivamente fazer com que estes educandos sejam preparados para exigências do mercado de trabalho e não para a cidadania plena. Sempre sofre determinações das relações econômicas e políticas, priorizando a desigualdade.

Refletir sobre a educação deste século é adentrar-se nas bruscas mudanças que estão sendo produzidas atualmente, por um lado as mudanças socioeconômicas que são produzidas com surgimentos da sociedade da informação por meio nos novos recursos tecnológicos, por outro, as constantes mudanças quanto aos valores

socioculturais, que nos apontam desafios relevantes para o caminhar educacional.

Nesse sentido, é preciso sustentar a ideia de que a cultura da educação precisa urgentemente propiciar o discurso da aprendizagem dialógica, conforme afirmado por Paulo Freire (2006), transformando as “dificuldades em possibilidades”, talvez este seja o grande desafio para os processos educacionais neste momento de nossa história.

Vive-se numa sociedade com relevante pluralidade de opções em todos os aspectos, em especial na tecnologia e na cultura, o que tem afetado os aspectos do nosso dia a dia. A tecnologia tem possibilitado uma revolução econômica nos lares, nas escolas, na vida das pessoas de um modo geral (MIRANDA, 2010).

Essas situações criadas pela sociedade pós-industrial, têm gerado uma complexidade crescente dos novos conhecimentos e técnicas, acentuando os conflitos entre dois tipos de orientação educacional: a educação científica e humanista. Além disso, a desigualdade econômica entre as nações industrializadas e os países subdesenvolvidos constituiu um obstáculo a um planejamento global da educação, que sempre foi reflexo das condições socioeconômicas.

A sociedade tecnológica requer uma educação intercultural quanto aos conhecimentos e valores, não fugindo da necessidade de busca pessoal para a transformação, ascensão e adaptação social, conforme afirma Imbernón (2010, p. 29):

A sociedade da educação atual estudou amplamente o fato de que a escola é um fator para a transformação ou para exclusão, mas não é nem uma instituição neutra. Portanto, devemos decidir se queremos uma educação para a igualdade ou uma educação para exclusão. Se queremos ser agentes de transformação ou de transmissão.

O autor nos chama a atenção de que os agentes envolvidos exercem uma influência muito importante nessa caminhada e que devem sinalizar onde desejam chegar, a participação com compromisso e responsabilidade não cabe exclusivamente aos professores, mas a toda a comunidade.

No neoliberalismo os preceitos educacionais se relacionam ao capitalismo e aos interesses do capital, sendo a educação uma formação de homens para essa sociedade, que sempre priorizam o ter, o acúmulo do capital e determina a exclusão de muitos indivíduos dos meios de produção. É mais uma maneira de organização social.

Souza (2010) esclarece que a educação também desempenha papel político, porque transmite aos educandos os modelos de comportamento esperados pela classe dominante, ao prevalecer esse tipo de ensinamento vai sendo moldada a própria personalidade dos jovens aprendizes.

As ideias da classe dominante são transmitidas de forma persuasiva para esses alunos e a escola, enquanto instituição, passa a consolidar e reproduzir as ideológicas dominantes. Logo, Toscano (2013) entende que a escola passa a ser um elemento essencial para consolidação do capitalista na sociedade atual.

Nesse sentido, a educação pública passa a ser um fenômeno político, cuja finalidade é estabelecer os fundamentos de uma sociedade capitalista e consolidar a submissão das massas às classes dominantes, que por sua vez, são responsáveis por controlar o ensino no país (GADOTTI, 2008).

Essas relações sociais e políticas se desenvolvem com base no materialismo, que tem a economia como principal determinante de todas as ações do Estado.

Já muitas vezes se realçou a essência de estrutura mercantil, que assenta no fato de uma ligação, uma relação entre pessoas, tomar o caráter de uma coisa, e ser, por isso, de uma objetividade ilusória que, pelo seu sistema de leis próprio, aparentemente rigoroso, inteiramente fechado e racional, dissimula todo e qualquer traço de sua essência fundamental: a relação entre homens (LUKÁCS, 1974, p. 97).

Ante o exposto, pode-se compreender que o Estado constrói escolas em regiões pobres do país para possibilitar que as pessoas tenham acesso à educação gratuita. Mas, essa medida não é suficiente para formar pessoas independentes e pensantes. Apesar dessa ação ainda se observa a falta de acessibilidade à educação de qualidade, voltada para a promoção da independência e da autonomia.

É necessário rever os conteúdos disciplinares, bem como os valores que estão sendo transmitidos no universo educacional. Rever a própria finalidade da educação é uma necessidade urgente. Analisando o processo histórico da educação no Brasil percebe-se que ela sempre esteve

relacionada aos interesses das classes dominantes. A massificação educacional é recente. Na década de 80, tomada pela crise em que o Brasil passava, a educação assume um papel muito importante, a realização da justiça social.

Nesse período averígua-se uma veemente reorganização no meio da educação com grandes reflexos qualitativos que resultam na criação de grandes entidades como o ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação).

Nos anos 90, surge um novo debate, o da elaboração de uma nova LDBEN de N° 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e quando a mesma é implantada, surge o início de uma nova história da educação em nosso país. Esta lei é a que está em vigor até os dias de hoje, comprometendo-se com uma educação qualidade que pode contribuir para o desenvolvimentos do país.

Constata-se, porém, que as mudanças ocorridas no âmbito da educação não solucionariam as questões educacionais do país, uma vez que não se comprometiam verdadeiramente com o contexto sócio-político. Percebe-se a necessidade de capacitar o indivíduo para ocupar um papel na sociedade de forma que possa conhecer o seu papel dentro do contexto educacional e social, político e econômico de seu país (AQUINO, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases traz nos artigos 2° e 3° do Título II, alternativas que são inovadoras e democráticas, que descentralizam e pluralizam o processo de ensino e aprendizagem colocando assim o docente como

mero mediador entre o conhecimento e o conhecedor, veio para tentar diminuir problemas históricos que marcaram a educação no país desde o período colonial, promovendo uma educação mais igualitária e o acesso ao conhecimento para toda a população.

Nesse sentido, Gonçalves (2007) esclarece que a educação contemporânea tem como base ser criativa, pois propõe diferentes alternativas e caminhos pedagógicos visando a melhoria da aprendizagem; ser incentivadora quando abre perspectiva à realização do educando, ao rejeitar sua retenção e estimular seu avanço crescente, de diversas formas. Historicamente a década de 90 foi essencial para a reflexão a respeito da educação que se pretende desenvolver, particularmente preocupando-se com um ensino mais humano, criativo e dinâmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira passou por vários momentos, de lutas intensas e transformações na busca pela formação de sua própria identidade, muito embora nos dias atuais ainda convive com a sombra de uma sociedade com o passado autoritário, mas que tem pretensões de forjar indivíduos livres, autônomos e integrados em uma comunidade fraterna.

Desde a época da colonização o Brasil apresenta um quadro de dependência social e educacional. Os jesuítas quando chegaram às terras brasileiras acreditavam fielmente na conversão religiosa dos nativos aqui presentes não apenas pelos aspectos culturais, mas, sobretudo, por

meio dos processos educacionais. Daí a grande preocupação em instalar em todas as localidades da nova terra o aprendizado de leitura e escrita que tinham um relevante objetivo para os colonizadores.

Nesse sentido, não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação própria da Europa, mesmo considerando que as populações que por aqui viviam já possuíam características peculiares de se fazer educação. Contudo, a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu. E nesse contexto de resgate à educação jesuítica, constata-se que eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia, mas os métodos pedagógicos.

Durante a história da educação mundial e nacional verificam-se diversas mudanças no decorrer dos tempos. Ao longo desse processo gradativo de inserção de possibilidades ou controle na ordem das ideias, podem-se afirmar que atualmente o Brasil procura resgatar, ainda com limitações, uma grande dívida social com seus cidadãos. Vive-se uma cultura de desafio para com o futuro imediato, pois não basta apenas tentar superar a herança de um passado marcado por injustiças e desigualdades sociais, mas também aprender a conviver em uma sociedade com grande pluralidade de opções no que se refere à forma de vida e que afeta todos os aspectos do nosso cotidiano. Sem desconsiderar, é claro, as novas tecnologias como possibilidades que somam às instituições educativas, situando o projeto moderno da educação ao desenvolvimento e à cidadania.

O ensino tradicional vem pouco a pouco cedendo as práticas alternativas e inovadoras que avançam na direção de um processo aberto de aprendizagem em que todos têm oportunidades quase infinitas de acessar bases de dados e isto empoe a necessidade de busca o aperfeiçoamento integral e a possibilidade de reinventar a forma de ensinar e aprender dos educandos.

Nesse diapasão deve-se levar o educador a constatar que diante de tantas mudanças os modelos tradicionais são cada vez mais inadequados e que não se deve apenas levar o conhecimento científico, mas uma formação ética e moral, baseadas em novos valores humanos. O grande desafio é tornar os cidadãos brasileiros aptos a interagir com o mundo e o com o meio, aplicando o “saber” adquirido ao longo de sua vida pessoal e acadêmica, contribuindo dessa forma para a construção de uma sociedade mais estruturada e humanizada.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Hermans Gonçalves. **Estudo científico – reabrindo o debate**. São Paulo: Autores associados, 2009.

AQUINO, Júlia Groppa. **O mal na escola contemporânea: erro a fracasso em questão**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL, LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996 in <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/19394.htm>. Acesso em 10 set 2014.

COSTA, João Cruz. **O Pensamento científico**. São Paulo: Nacional, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir, **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2008.

GONÇALVES, L.A. **O silêncio** um ritual pedagógico a favor da discriminação. Belo Horizonte, 2007.

IMBERNÓN, Francisco. Trad. Ernani Rosa. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LUKÁCS, George. **A reificação e a consciência do proletariado**. História e consciência de classe. Porto-Portugal: Publicações Escorpião, 1974.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Educação no Brasil (esboço de estudo histórico)**. 17 ed. Recife: Universitária, 2010.

MIZUKAMI, Maira. G. N. **Ensino: As abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2010.

PAIXÃO, Carlos Jorge. **O estudo científico ilustrado do Brasil**. São Paulo: Universitária, 2011.

SOUZA, Charles Toniolo de. **O acesso a escola pública, gratuita e universal no capitalismo.** Revista da Representação Estudantil do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

TOSCANO, Moema. **Introdução à sociologia educacional.** São Paulo: Vozes, 2013.

CAPÍTULO 4

ALFABETIZAR LETRANDO: ENSINANDO COM SIGNIFICADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria José Costa Toledo⁸

INTRODUÇÃO

Sabemos que a riqueza maior de um país é a educação do seu povo e que boa educação começa nas séries iniciais do ensino fundamental. Mas para que a essa educação tenha realmente sentido, precisamos entender que a alfabetização deve ser significativa, ou seja, que tenha sentido para a vida do aluno. Durante o desenvolvimento do capítulo, discutiremos sobre a forma de como alfabetizar letrando de acordo ao que propõe a nova metodologia da educação brasileira. Mas o que de fato seria e como seria alfabetizar letrando? Durante as novas discussões podemos perceber se a escola esta de fato cumprindo com o seu papel social, o qual é formar o aluno para que ele passe conviver em sociedade e saber se sobressair das situações no cotidiano.

⁸ Mestra em ciências da educação pela INTERAMERICANA-Paraguai, em 2018, psicopedagogia pela faculdade de tecnologia e Ciências (FTC) em 2010, pedagoga pela Universidade federal de alagoas UFAL, 2007. Doutoranda em Educação e Ciências. E-mail: mjctoledo@gmail.com

Concebemos alfabetização como processo de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão por parte dos sujeitos, dos princípios que regem esse sistema notacional. Já o letramento se relaciona aos usos efetivos da escrita em atividade de leitura e escrita de texto em contextos diversos. Diante dessas concepções pudemos afirmar que “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” (SOARES 1998, P47).

É um direito do cidadão ser alfabetizado e letrado, e para que isso de fato aconteça, o professor deve cumprir seu papel dentro de uma visão crítica sobre o trabalho voltado para o uso da leitura e da escrita no sentido de um aprendizado dos diferentes gêneros textuais e de sua função e usos em diferentes contextos sociais.

1. O QUE É LETRAMENTO

Letramento é muito mais que ensinar a criança a ler e escrever. É um processo bastante amplo no sentido de uma aprendizagem com significado e que tenha valor para a vida do aprendiz. Pois Magda Soares (1978) nos deixa claro que “a criança precisa ser alfabetizado convivendo com material escrito de qualidade”. O uso desse material faz com que o aluno seja capaz de saber utilizar o mesmo no seu cotidiano, pois eles circulam no meio social de convívio da criança.

O letramento faz com que o pessoal que aprende a ler e escrever e passa usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas no seu cotidiano, torna-se uma pessoa diferente, adquire outro estado, outra condição. Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter outra condição social e cultural, ou seja, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura, sua relação com outro, com contexto, com os bens culturais torna-se diferente. O letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita.

Nem todas as pessoas alfabetizadas são letradas, nem todas letradas são alfabetizadas. A pessoa letrada deve ter conhecimento elevado de mundo, através do uso de vários materiais que circulam no seu cotidiano, e a mesma saber sobressair de situações difíceis, como consequências de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.

Antigamente, estar alfabetizado reduzia-se a ler e escrever o próprio nome, mas atualmente com as constantes transformações, consideramos necessário a alfabetização não apenas em caráter de decodificação de palavras, desejamos a leitura de mundo, compreendendo, interpretando, utilizando em plenitude esse processo em nossa comunicação.

Na escola precisamos ensinar com leituras e produções reais, significativas, ou seja, cumprir a relação entre escrever por ser lido e ler para escrever melhor utilizando a função prática da linguagem em nossa cidade. É assim que deveria acontecer o ensino em nossas escolas, pois na escola é construído o espaço da ação do sujeito para

abri possibilidades e ampliar os conhecimentos. De acordo com Marta Kohl:

A escola é sim, um lugar social onde o contato com o sistema de escrita e com a ciência enquanto modalidade de construção de conhecimento se dá de forma sistemática e intensa, potencializando os efeitos desses outros aspectos culturais sobre o modo de pensamento em si é objeto privilegiado da ação dos sujeitos envolvidos, dependentemente das ligações desse conhecimento com a vida imediata e com experiência concreta dos sujeitos. (OLIVEIRA, apud KLEIMAN, 1995, p 156)

A concepção acima nos leva a refletir sobre o papel da escola na busca do letramento das crianças na fase de alfabetização que precisa ser sistemática relacionada com as vivências dos educandos. Nos contextos que estão inseridos. Nesse contexto Magda Soares apoia que:

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente, entretanto são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita, não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita e aprendida não como em concepção anteriores, com texto

artificialmente para aquisição das técnicas de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais de práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, apud. RIBEIRO, 2003, p 92).

Com isso pudemos observar que a autora faz uma definição sobre o sujeito alfabetizado, ou pode até ser um alfabetizado funcional, aquele que conhece simplesmente a decodificação da leitura e da escrita, mas não a utiliza como função social e o sujeito letrado que é aquele que usa socialmente as práticas em seu convívio, conforme as demandas que vivência. E se orienta de maneira autônoma.

2. COMO ALFABETIZAR LETRANDO NAS SÉRIES INICIAIS

Sabemos que as crianças aos chegarem na escola não vêm vazias, pois trazem consigo alguns conhecimentos de mundo. Portanto, o professor deve aproveitar o máximo que puder, para que através daqueles conhecimentos a criança possa alcançar, adquirindo outros conhecimentos contextualizados e que eles possam aproveitá-los no seu dia a dia.

Já dizia Paulo Freire (2001) que aprender a ler e escrever é aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto numa relação dinâmica vinculando linguagem e realidade e ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la.

Para que isso aconteça é preciso que as crianças das séries iniciais participem de experiências variadas de leitura

e escrita, conhecimento e inteiração com diferentes tipos de gênero de material escrito. Pois de acordo com SOARES (2003) alfabetização e letramento são processos distintos, de natureza essencialmente diferentes, porém, são interdependentes e indissociáveis, pois uma pessoa pode alfabetizado e não ser letrado ou ser letrado e não ser alfabetizado.

A prática de alfabetização deve contemplar a contextualização da escrita nas situações reais, oferecendo condições para o letramento ao tempo que situam os gêneros textuais demarcando suas funções comunicativas. Alfabetizar letrando é desenvolver ações significativas de aprendizagem sobre a língua, de modo a proporcionar situações onde a criança possa interagir com a escrita a partir de usos reais expressos nas diferentes situações comunicativas.

Contudo, pensar em alfabetização na perspectiva do letramento implica na compreensão de um trabalho pedagógico organizado a partir da reflexão em torno desses termos enquanto processos distintos, específicos, porém indissociáveis, que envolvem procedimentos diferenciados de ensino, considerando a necessidade e a importância de desenvolver a alfabetização num contexto de letramento. Segundo GOULART:

Podemos entender tal relevância no sentido da participação crítica, mas também no sentido de considerar o diálogo entre os conhecimentos da vida cotidiana, constituídos de nossa identidade cultural pioneira, com os conhecimentos de formas

mais elaboradas de explicar aspectos da realidade. (GOLART, 2002, p. 52).

Atualmente, estamos vivendo em uma sociedade em que as crianças chegam à escola com diversos tipos de conhecimentos em relação a cultura letrada. É importante que o professor faça uso de vários portadores de textos que contenham diferentes gêneros textuais, como leitura de anúncios, revistas, jornais, cartas, bilhetes, bula de remédio, etc, para que assim o aluno possa interagir ao mundo letrado, logo no início da sua trajetória escolar.

CONCLUSÃO

Portanto, constatamos que, alfabetizar letrando é necessário. Mas não é apenas ensinar a ler e escrever palavras ou frases, vai além disso, ou seja, é um ensino pautado na leitura do mundo, trazer o real pra sala de aula, aproveitar os conhecimentos que os alunos trazem da sua vivência no seu cotidiano.

As práticas de letramento devem ocorrer de forma reflexiva a partir de situações problemas, em que as crianças revelem espontaneamente as suas hipóteses e sejam levadas a pensar sobre a escrita, participar, ler e escrever, compreendendo a sua função social, utilizar textos significativos, interagir com a escrita, fazer uso de textos reais que circulam na sociedade.

A alfabetização se concentra nos primeiros anos de escolarização, mas não ocorre somente nesse período escolar. Pois foi visto que a escola e o professor devem rever sua prática e desenvolver uma alfabetização

priorizando o letramento para que a escola possa cumprir com o seu papel, enquanto instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo. 41º Ed. Cortez. 2001.

_____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários para fazer o pedagógico. São Paulo. Ed. Terra 2001.

GOULART, C. Palavra e gênero em práticas alfabetizadoras. Revista intercambio, 12: 165 173. SP: LAEL/PUC-SP, 2003.

KLEIMAM, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes, 1995.

RIBEIRO, Vera Masagão. (Org) Letramento no Brasil: Reflexões a partir do INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional) São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda. Letramento: um termo em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntic. 1988.

_____. Letramento e escolarização. São Paulo: Global, 2003.

CAPÍTULO 5

ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA: UM NECESSARIO DIÁLOGO CONSTRUTIVO – UM SABER DE FRONTEIRA

LOPES, Audeluze Maria Victor de Mendonça⁹
BARROS, Betijane Soares de¹⁰

1. INTRODUÇÃO

1.1 O que é Educação?

Ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, desde criança até a fase adulta, em seu disciplinamento, instrução, ensino. Uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las a vida social. Um ato participativo do processo de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades diferentes.

Na verdade a educação é vista em seu voo mais livre, é uma fração da experiência construtiva a ser o “modelo” social de adolescente, para torna-lo mais adiante um jovem e depois adulto possuidor de um suporte teórico

⁹ Email: del.fest@hotmail.com, dellazer.lobes2@gmail.com

¹⁰ Professora orientadora, Doutora em Ciências da Educação e Ciências da Saúde. bj-sb@hotmail.com

e prático, em relação à educação. Assim a educação é reflexo da sociedade na qual se insere. Podendo ser comunitária, igualitária, já que vivemos numa sociedade capitalista ela é específica, isolada e desigual.

Com isso, podemos acrescentar que todos os povos traduzem da alguma maneira está em lenta transformação, que a aquisição do saber deve operar ajudar a crescer, orientar a maturação, transformar, tornar capaz, trabalhar, domar, polir, criar como um sujeito social.

1.2 O que é Antropologia?

É uma ciência que se dedica ao estudo aprofundado do ser humano, estuda o ser a sua diversidade cultural, envolvendo a integração de diversas disciplinas, tem como objetivo o estudo sobre o homem e a humanidade de maneira totalizante, abrangente em todas as dimensões.

A Antropologia faz também uma reflexão sobre as sociedades, o homem e seu comportamento social. Um tema de origem grega, conhecido desde a Antiguidade Clássica, através do pensamento filosófico de grandes teóricos, entre eles Heródoto, considerado o pai da História e da Antropologia. No entanto, sabemos que foi somente com o Movimento Iluminista, no século XVIII, que a Antropologia se desenvolveu como Ciência Social, através do aprimoramento de métodos e classificação para a raça humana.

1.3 Educação e Antropologia:

Sabemos que a Educação, quando passa a atuar como campo disciplinar, apropria-se de diversos saberes que certamente irão completar esses estudos, entre eles podemos citar: História, Psicologia, Sociologia, e a Filosofia. Onde estas ciências provavelmente ajudarão a pensar e refletir diante de suas próprias práticas educativas. Ao mesmo tempo poderá ser acrescentada como uma criação a mais dos seres humanos uma interligada a outros conhecimentos e disciplinas direcionados a uma teia de simples saberes, sentidos e significados educacionais pedagógicos, dentro de normas e compromisso com uma educação integrada ao ato de ensino-aprendizagem.

A Educação certamente também poderá fazer em seus contínuos estudos e pesquisas que compõem o corpus da Antropologia, como uma das ciências educacionais, onde os propósitos sejam de decodificar podendo ainda analisar valores e seus universos culturais nas instituições escolares ou das diversas formas consideradas como manifestações não formais. Na relação que existe claramente entre elas (Antropologia e Educação) ao entrarem no quadro das ciências Humanas e Sociais, no cruzamento dos caminhos educacionais em que ambas radicalizam o homem como um grande ser racional que se utiliza dos seus símbolos para formar uma base comum, mas de grande reflexão. Podemos acrescentar que não somos considerados humanos, apenas por possuímos racionalidade, mas sim porque temos dotes de aprendizagem que ao longo dos estudos contínuos nos

aperfeiçoamos e nos tornamos conhecedores máster de culturas específicas ao nosso interesse profissional.

Entretanto pode-se também acrescentar que, certamente, quando enquadramos as duas ciências em pauta (Educação e Antropologia), como áreas do saber, podem indicar que automaticamente torna-se possível fazer uma diferença na Antropologia como ciência empírica e reflexão filosófica. Sua inclusão no campo pedagógico, não se trata de uma nova área de trabalho, e sim, uma maneira mais sucinta através de grandes contribuições de autores específicos nesta área e pesquisas de campo.

Em meados do século passado, uma estudiosa e pesquisadora americana Margareth Mead dedicou-se a educação, fazendo dela um objeto privilegiado, em que na sua obra clássica intitulada *Growingup in New Guinea*, tinha como direção uma busca para entender como prováveis valores, gestos, atitudes e crenças lançadas para as crianças pelos adultos como objetivo de prepará-los em sua formação educativa e social dentro de seu convívio cotidiano. Na verdade, foi um estudo investigativo nos modos de transmissão das gerações antigas para as gerações atuais, mais especificamente na formação da personalidade e aprendizagem. Inseri-se a este estudo a adolescência neste estudo como uma preocupação tanto científica quanto pedagógica, pois nesta fase a atitude dos adolescentes se mostra uma tanto menos receptiva do que em relação às das crianças.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Antropologia da Religião - Reflexão para uma Cultura digna.

Juntas elas envolvem um específico estudo direcionado as instituições religiosas focando uma relação como outros tipos sociais, na qual certamente irá resultar em uma comparação de variedades de crenças e suas práticas culturais em diferentes religiões existentes nesse planeta. Dentro da Antropologia Moderna pode-se relatar que toda religião, seja ela de qualquer circunstância cultural é criada pela comunidade humana, mostrando-se assim diante de si mesma, uma digna e distinta abordagem metodológica, passando a ser chamada de ideia de projeção.

Quando referimos a religião, temos em destaque um dos principais problemas, a definição de sua própria religião. Seguido das ideias formadas pelos antropólogos, onde acreditam que algumas das práticas e suas crenças foram universais a todas as culturas, em alguns dos momentos aplicados ou postos em desenvolvimento, tais como: a crença em espíritos, o uso da magia, que muitas vezes macabra e assustadora, como um meio de controlar o sobrenatural, o uso de adivinhações agregado a um meio de realizar descobertas ocultas, e ainda assim os resultados de vários rituais como orações, sacrifícios, sendo uma opção de influenciamento nos resultados de vários eventos. Muitas vezes sob a forma de xamanismo ou culto aos antepassados.

Na verdade dentro das referidas informações sobre a Antropologia interligada a Religião, temos indícios que

podemos descrever sua abordagem ao caráter uno e plural da experiência humana, nas diferentes formas de organização societária e sua articulação entre a sociedade, resgatando os relatos dos antepassados trazendo para nossa atualidade. Então, para termos um precioso olhar antropológico entre as relações humanas em especial a religião é mergulhar nestas relações, no seu campo das diferenças culturais, econômicas, políticas e psicológicas. Ao mesmo tempo em que nos baseamos em seus valores construídos na sua própria formação cultural, onde especificamente o saber antropológico deve ser entendido como um exercício de buscar sempre uma nova compreensão.

Precisamos também tomar muito cuidado com as armadilhas proveniente deste olhar, pois poderá vir acontecer a desagregação da essência da condição humana, quando passamos a entender que a legitimidade da diferença é um fator único e fundamental do ser. Na verdade, o que se tem de interessante é quando percebemos que a importância da busca é a construção de um sentido para comprovar a existência do homem. O que não significa em apenas ser uma sistematização intelectual da vida e experiência humana, mas uma grande significação que atravesse a outras dimensões do ser, como o afetivo, cultural e o espiritual.

A ciência Antropológica fazendo uma ponte de ligação através dos conceitos, tradições culturais, principalmente a escola descreve que o melhor caminho é a observação das manifestações sociais em si mesmas,

classificando que toda representação no ver simbólico deve ser compreendida como verdadeira e vivida pelos grupos.

2.2 Relação entre Antropologia e Religião

Pode estar relacionada em que elas se afetam simultaneamente na cultura versus religião, porém quando nós direcionamos na parte cultural encontramos alguma dificuldade, por ela ser estudada em várias subáreas, ou seja, diversos tipos de conhecimentos específicos onde cada um deles dedica-se a uma especialidade, tais como: Etnografia que busca compreender as diferenças entre culturas humanas; Sematologia ou Antropologia Física estuda as diferenças físicas, sexuais e outros traços sanguíneos, além de vários outros tipos de seres humanos; Arqueologia se dedica aos estudos de objetos de culturas passadas; Paleontologia ocupa-se com o estudo específico das origens e da evolução humana; Antropologia Social que estuda as instituições, processos e estruturas sociais; Etnologia tem a função de estudar as características de povos e raças e por fim a Linguística, que logicamente, estuda as diversas formas de comunicação e também a expressão do pensamento entre distintos grupos humanos. Diante de tais informações podemos acrescentar que apesar desta reciprocidade entre estas duas (Religião e Antropologia) elas não se ocupam exatamente da mesma coisa, mas tem em comum o mesmo objetivo que é de remeter ao entendimento dos seres humanos.

Portanto, a adjetivação “Religião”, quando acrescentado ao conceito “Antropologia” passa a ser indicada como algo mais Dio que simplesmente interpretar o Cristianismo, seja pelo resultado da sua ação ou pelas motivações que foram geradas em torno do que se espera alcançar. Por isso entendemos que a religião não pode ser simplesmente uma especulação ou interpretação do que se manifesta no pensamento teológico, mas sim se tende particularmente a contextualizar e também adequar o entendimento da revelação a ambientes culturais que se modificam respectivamente como s tempos. Mas em outras palavras, consideramos que a Antropologia Religiosa possa nos ajudar a alargar e enriquecer não somente aos referidos conhecimentos acumulados em torno do agir humano, e sim poder envolver-nos em uma graça maior de um grandioso Deus que nos mostra um caminho a ser percorrido, onde finalmente aqueles que já se considerem humanos, possam realmente ser usadas experiências e tornar-se mais humanizadas ou mais capazes de entender-se entre si.

2.3 Conceito de Religião

Religião originou-se do termo latim *religio*, referindo-se ao conjunto de crenças e dogmas estando relacionado com uma divindade. É uma fé, uma devoção a tudo que é considerado sagrado.

É um culto que aproxima o homem das entidades a quem são atribuídos poderes sobrenaturais. É uma crença em que as pessoas buscam o sacrifício nas práticas

religiosas ou na fé, para superar o sofrimento e alcançar a felicidade.

Pode-se também dizer que é um conjunto de princípios, crenças e práticas de doutrinas religiosas, baseadas em livros sagrados, que unem seus reguladores numa mesma comunidade moral, a qual chamou Igreja. Ainda no sentido figurado a religião pode significar qualquer tipo de atividade realizada com rígida frequência.

Todos os tipos de religião existentes no mundo têm seus fundamentos, para algumas delas, de se basearem em diversas análises filosóficas, onde podem explicar o que somos e também porque viemos ao mundo. Em outras pode se sobressair pela fé e as demais em extensos ensinamentos éticos. A crença no poder sobre natural é vista em todo o mundo, entretanto cada sociedade a dissipa de sua maneira distinta. Partindo deste fato temos uma classificação das religiões como: Religiões Abraâmicas (Cristianismo, Judaísmo, Islamismo) que acreditam em um único deus seguindo rígidos princípios morais; Religiões Indígenas e Africanas com muitas divindades e espíritos; Religiões do Oriente (Hinduísmo, Budismo, taoísmo, confucionismo e o Xintoísmo) cada uma delas com suas referidas características que envolvem na maioria fatores culturais.

A religião também é um assunto sociocultural, ou seja, um estudo profundamente dito das mais variadas facetas da religião é chamado Teologia e os ensinamentos, dogmas e a história são ensinados e discutidos. Enquanto no contexto social é tema de diversas discussões nos mais diferentes campos, devido aos conflitos gerados entre povos de diferentes crenças. Como a religião estava e está sempre

presente em todos os movimentos, nas guerras mais sangrentas da história, por exemplo, foram levantadas em torno de Deus, pois partindo das Cruzadas ao Holocausto, vemos homens entregando suas vidas em honra a sua digníssima religião. Acrescentamos também que o amor e o orgulho são sentimentos que não estão associados, mesmo sendo da natureza do homem ser orgulhoso sobre suas verdades, pois a Religião será sempre a causa de dor daqueles que não conseguiram ver seu profundo amor.

2.4 Pedagogia e Religião: Pontos comuns

Para compreendermos o grandioso fenômeno social religioso, faz-se necessário entender pontos comuns existentes entre Pedagogia e Religião, mas antes precisamos conhecer bem os termos Pedagogia e Pedago.

Pedagogia é um modo de se conduzir, para o resultado essencial por meios e caminhos do ensino-aprendizagem. O termo provém do grego pais, paidos= “criança”; agein= “conduzir”; logos= “palavra, ciência” (PILLETTI, 1993, p.39). Que seja em prática ou trabalhe na educação com ensinamentos e aprendizagem denomina-se pedagogo (a). Nos tempos da Grécia Antiga, eram chamados de pedagogos aqueles escravos que tinham nas suas funções a de acompanhar as crianças que iam à escola; hoje são os especialistas em assuntos educacionais.

Em poucas palavras, pedagogia é o conjunto de conhecimentos sistemáticos relativos ao fenômeno educativo; já o pedagogo intenciona educar de forma

sistemática, ou seja, organizado e estruturadamente. Porém a Pedagogia pode ainda ser compreendida de forma mais profunda: por meio do ensino, do entendimento, do pensar, do levantar e avaliar teorias e a prática dos ensinamentos, no sentido de contribuir para a construção do sujeito. (LIBÂNIO, 2007, p.26-29)

Um ponto comum entre elas é a intenção de poder contribuir nessa grande construção de sujeitos por intermédio dos líderes religiosos reunidos em seus templos sagrados, a Religião conduz os adeptos; já, por meio da escola, o pedagogo conduz os alunos, assim sendo com a modernização e pela necessidade de o processo ensino-aprendizagem ser mais bem estruturado para que possa vir a atender as necessidades sociais, a Pedagogia se ampliou, organizou-se, passando a ser considerada teoria e ciência da educação.

Como vemos, pedagogia é considerada teoria e ciência da educação que tem como função estudar tudo o que norteia o processo ensino-aprendizagem. Então assim, pode-se dizer que diante do seu contexto moderno a Pedagogia é a filosofia, a ciência e a técnica educativa, ocupando-se de fato dos processos educativos, métodos maneira de ensinar e tem um significado amplo e globalizante. É um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade. Assim, deste modo, são as Religiões, onde cada uma com suas diretrizes orientadoras adotam seus métodos próprios e a maneira específica de ensinar. Portanto, outro ponto comum, como a Religião é humanizar cada sujeito no

processo histórico-social, pois cada Religião que a experiência com o sagrado significa introduzi-lo em todas as dimensões da vida, estando presente todos os dias formando e humanizando o sujeito.

Toda e qualquer possível relação educadora deve ser feita ou conduzida pelo diálogo e respeito ao outro, como também as suas diferenças. Compromisso ético de quem se dedica a educar. Mostrando desta forma outro aspecto comum entre Religião e Pedagogia: o diálogo. Então, podemos afirmar que todo pedagogo precisa ser fundado na ética, respeito à dignidade, como a própria autonomia do educando. Ao mesmo tempo em que a Religião começa nascendo do diálogo com o sagrado e seus semelhantes.

CONCLUSÃO

Neste capítulo mostramos uma provável correlação entre Educação, Antropologia e Religião, como uma forma de reflexão aplicada diante das atividades do ser humano. Podemos mostrar assim, ou seja, especificamente como este conjunto forma uma corrente que conseqüentemente irá resultar em uma forma de aprendizagem vinda, certamente, acompanhada das cultas diferenciadas e espalhadas pelo mundo, mas com suas atrações pedagógicas e religiosas trabalhando junto à educação.

Na verdade, temos conhecimentos que a Religião se apoia na Antropologia, no sentido humano. Sendo uma ciência especificamente dedicada aos estudos do conhecimento humano. Pois as duas têm itens em comum,

comprovando que juntas contribuem e direcionam sua parte psicopedagógica na vida das pessoas.

Dentro da religião temos condições e capacidade de nos aperfeiçoar em relação às crenças e fé, através de conhecimentos e respeito em cada opção escolhida. Não esquecendo o respeito e aceitação com todas as formas religiosas, já na Antropologia precisamos ver as necessidades humanas sociais, entendendo o comportamento pessoal e o modo de vida do ser humano no seu eu.

Na Pedagogia com suas técnicas de aplicabilidade educacional, onde a direção desta é o ensino-aprendizagem, ou seja, a referente troca de conhecimentos que tem como objetivo conseguir alcançar um conhecimento cultural na vida das pessoas, ficando como lição de vida que só o conhecimento eleva e realiza a cultura e alma das pessoas que foram conduzidas a se deixar guiar a este objetivo educacional da função pedagógica.

REFERÊNCIAS

DEWEY, I. *Democracia e educação*. São Paulo: Nacional, 1959.

DURKHEIM, E. *A educação social do trabalho*. São Paulo: Série Cultural, 1983.

FRAZER, J. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GUSMÃO, Neusa M. *Antropologia e Educação: origem de um diálogo*. Cadernos CEDES, nº43, p. 8-25, 1997.

LEENHARTH, M. *Religião e Sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.

PÁDUA, Gilson Luiz Daldegan de. *Pedagogia Social*. Obra organizada pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Curitiba: Ibplex, 2008.

CAPÍTULO 6

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DO EDUCANDO¹¹

Samuel Ferreira dos Santos
Carla Mirian dos Santos
Gemima Maria Reis de Souza
Luciana Maria da Silva
Sandra Maria Pontes
Elizabeth Calheiros Borges
Amara Maria de Lima Buarque

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar a contribuição da família na formação do educando. Devido ao índice de repetência e evasão ainda não aceitáveis por várias instituições educacionais, pretende-se neste sentido fazer uma pesquisa bibliográfica para melhor entender a relação existente entre escola e família.

Sabe-se que a família é o lugar onde o indivíduo recebe seus primeiros ensinamentos para poder transformar-se em um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

¹¹ Trabalho apresentado à Universidad Autónoma Del Sur- UNASUR, em parceria com a Central de Ensino e Aprendizado de Alagoas – CEAP, como requisito para obtenção de nota na disciplina de Sociologia da Educação do Programa de Mestrado desta Instituição. Orientado por Ramón Jorge Almeida.

Com essa pesquisa pretende-se identificar os motivos que levam a esse “fracasso escolar” como a falta de compromisso da família na formação do educando e problema de gestão onde não favorece o intercâmbio entre escola e família. Para tanto, pretende-se verificar os elementos que contribui com esse distanciamento familiar procurando entender o porquê os pais não procuram saber de seus filhos na instituição de ensino. Desta forma podem-se encontrar as soluções para tentar minimizar essa situação.

1. CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DO FILHO

A família como lugar de formação inicial da criança, desempenha papel fundamental na construção de valores éticos, morais e culturais do indivíduo preparando-os para sua socialização na comunidade onde as possibilidades de interatividade são enormes, absorvendo ostros valores dos quais, muitas vezes, destrói tudo aquilo que a família tem como valores bons.

Hoje em dia, a sociedade é bombardeada por costumes ou valores que pregam o consumismo, o individualismo, a concorrência desenfreada, fazendo do homem um instrumento que busca sempre “ter” ao invés de “ser”, sobre o assunto coloca Vasconcelos (1989, Pag. 29) “O homem trabalha mais; a mulher vai para o mercado de trabalho; a preocupação com o desemprego; há menos tempo (sobretudo qualitativo) para a família”.

Mesmo com tantos obstáculos, a família tem o dever e a obrigação de passar os valores necessários para que esse indivíduo consiga enfrentar os desafios do dia a dia. É nesse diálogo de construção, onde se deve de forma aberta e amorosa solidificar as bases efetivas e formativas do indivíduo. Como reforça Chalita (2001, p.20) a família tem a responsabilidade de: “formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. A família é um espaço em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo não tem preço”.

Através do diálogo, os pais constroem regras e limites no ambiente familiar explicando as causas e implicações pelos quais elas foram criadas e assim, fazer com que elas entendam que o que está sendo proposto é o melhor pra eles, onde reforça Vasconcelos (1989, p. 125) quando diz:

Percebemos duas realidades contraditórias nas famílias: ou a ausência de regras, ou a imposição autoritária de normas. Muitas vezes, por um medo interno de não serem aceitos, os pais acabam não estabelecendo e/ou não fazendo cumprir os limites, levando a uma relação muito permissiva. Outras vezes, sentindo necessidade de fazer alguma coisa, mas não tendo clareza, acabam impondo limites, sem explicar a razão. A superação desta situação pode se dar pelo diálogo, com afeto e segurança, chegando a limites razoáveis. Assim sendo, têm-se condições de não ceder diante da insistência infantil.

A formação da pessoa, a construção do ser, a preparação para a vida são responsabilidades da família, fazendo com que este jovem atue com liberdade e responsabilidade.

Assim sendo, destaca Antunes (2005, p. 53):

Ajudar a criança a construir um bom caráter é a mesma coisa que ajudá-la a desenvolver sua consciência do erro e do acerto. Caráter e consciência expressam a visão que ela possui de si mesma e aproxima-se muito do sentimento de autoestima. É por essa razão que a educação do caráter é importante.

Muitas vezes é necessário passar esses valores através dos exemplos, onde a criança procura imitar o próprio pai ou mãe ou até mesmo seus ídolos, como destaca Feijó (2008, p. 108):

Quando preservamos valores morais e sociais, quando demonstramos interesse ao próximo, quando somos justos, honestos, equilibrados, assertivos em nossas atitudes, por modelação tenderemos a formar filhos também justos, honestos, equilibrados e interessados em valores sociais.

Portanto, as possibilidades de aprendizagem de crianças e jovens dependem da qualidade de mediações e exemplos dos adultos a que ela seja exposta em seus vários momentos da vida.

Quanto maior for à parceria entre escola e família, mais positivas e significativas serão os resultados da aprendizagem da criança. A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente, de acordo com Parolin (2007, p. 36): “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão serão determinantes para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as intuições”.

A família deve manifestar interesse pelas atividades que os filhos realizam na escola, como expressão de sua preocupação pela atuação da instituição e de seu apoio a ela, de acordo com López (2002, p. 77) os pais:

Devem manter contatos periódicos com os professores para ter conhecimento constante do processo educativo;

Prestar a colaboração que lhes for exigida por parte dos professores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar, tanto no campo acadêmico estrito como no mais amplo das atitudes e dos hábitos de comportamento que se pretende fomentar como parte do projeto educacional da escola.

Portanto à família requer o acompanhamento, não somente, da aprendizagem da criança.

Compartilhar da vida escolar da criança, além de fator importante para que o aluno se sinta valorizado para o aprendizado, tal situação é possibilitada em inúmeros momentos e oportunidades que podem ser sugeridas pela

escola a fim de que a família venha a se integrar no processo de aprendizagem da criança.

2. O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO EDUCANDO

A escola dentro do seu projeto político pedagógico deve contemplar a formação do cidadão para que possa de forma crítica atuar no ambiente em que está inserido e com isso transformar a sua própria realidade, cumprindo assim seu papel na formação intelectual do cidadão. Mas para isso é preciso planejar, definir metas e estabelecer critério avaliativos.

No relato de muitos professores há a afirmação de que, apesar de abrirem as portas da escola à participação dos pais, esses são desinteressados em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação. Esta argumentação dos professores "visa, apenas, culpar a vítima e é uma visão pessimista das relações escola/pais" (Marques, 1999, p.15), a partir da qual não se consegue dar passos positivos para ultrapassar os obstáculos à relação família-escola.

Cabe aos atores do processo educacional tomar consciência de suas ações, proporcionando momentos de interação, afeto e compreensão das diferenças encontradas no espaço escolar, viabilizando a inclusão de todos os educandos para que estes possam sentir-se qualificados para uma aprendizagem satisfatória e qualitativa.

Nesta perspectiva, ressalta Esteve (1995, p. 100) que:

No momento atual o professor não pode afirmar que a sua tarefa se reduz apenas ao domínio cognitivo. Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual etc.: a tudo isso pode somar-se a atenção aos alunos especiais integrados na turma.

A escola mediante um trabalho educativo demonstra a possibilidade de constituir-se em um espaço de superação das necessidades e problemas através de projetos pedagógicos que venham valorizar tanto a informação quanto a formação do educando. Mas é na escola que se trabalha os conceitos e os valores éticos. Assim deve-se pensar uma escola onde implique mudanças das características dos profissionais envolvidos no processo educativo. De acordo com Toro (2002, p.25):

A escola tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social nas quais todos possam viver com dignidade. Para que seja eficiente e ganhe sentido, a educação deve servir a um projeto da sociedade como um todo.

Uma maneira de a escola enfrentar tais desafios é preparar seu Projeto Político Pedagógico, atendendo as necessidades metodológicas. Como reforça Libâneo (2003, p.346) quando diz: “este documento consiste em dar um sentido, um rumo, às práticas educativas, onde quer que sejam realizadas, e firmar as condições organizativas e metodológicas para a viabilidade da atividade educativa”.

De modo geral, a construção de tal documento deve ser feito com a participação de todos os segmentos que fazem parte do processo educativo (professores, coordenadores, diretores, pessoal de apoio, alunos, pais, dentre outros). Desta forma, será este documento que irá nortear todas as práticas pedagógicas exercidas pela instituição.

A escola que a sociedade necessita para potencializar cidadãos equilibrados, responsáveis, tolerantes e não violentos deverá estar estruturada de modo participativo com a comunidade, facilitando assim o processo educacional de forma integral, democrática, onde as potencialidades são valorizadas. Nesta ação, a participação dos pais não pode deixar de acontecer pois são componentes essenciais para que escola e família possam caminhar juntas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, foi possível perceber que a escola precisa do apoio da família e vice versa na tarefa de educar e preparar o jovem para enfrentar os desafios da vida.

Esta interdependência deixa claro que uma instituição não pode desenvolver o papel de preparar o jovem só, pois se por um lado a família é o lugar onde todo o processo educativo começa, por outro é na escola que há a continuidade do mesmo, havendo certa cumplicidade. Por isso não é mais aceitável a escola colocar a total responsabilidade do suposto fracasso do educando no não acompanhamento da família e, por sua vez, a família não pode deixar a total responsabilidade de educar e preparar a criança ou o jovem para a vida para a escola.

Ao concluir o objetivo inicial deste estudo e, ao mesmo tempo, mesclar o papel formativo da família e escola, verificou-se junto à teoria consultada que existem algumas características que lhes são peculiares como à formação de valores, por exemplo. Ambas trazem na “bagagem” o papel de educar o cidadão com valores morais voltadas para consigo e com o outro, mas cabe considerar que, sem a parceria entre escola e família desta educação de valores, comportamentos e princípios, tornam-se bem mais difícil que esta educação se realize.

Portanto, pelo fato da escola ser uma instituição formada por “profissionais da educação”, cabe a ela dar o primeiro passo, caso a parceria não esteja acontecendo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A linguagem do afeto**: como ensinar virtudes e transmitir valores. Campinas, São Paulo. Papirus, 2005.

CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto.** São Paulo: Gente, 2001.

ESTEVE, Júlia Maria. Mudanças sociais e função do docente. In: NÓVOA, Antonio. **Profissão Professor.** Porto: Ed. Porto, 1995.

FEIJÓ, Caio. **Preparando os alunos para a vida.** São Paulo: Novo século: 2008.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LÓPEZ, Jaume Sarramoni. **Educação na família e na escola.** São Paulo: Loyola, 2002.

Marques, R. (1999). *A escola e os pais, como colaborar?* Lisboa: Texto Editora.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e Educadores:** quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.

TORO, Bernardo. O que os novos pensadores têm a ensinar. **Revista Nova Escola.** São Paulo: Agosto. Ano 17. n.154, agosto 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina:** construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

CAPÍTULO 7

DIVERSIDADE E LETRAMENTO ESCOLAR¹²

*Valquiria Maria do Nascimento*¹³

INTRODUÇÃO

Hoje fazemos parte de uma sociedade de classes em que as relações sociais entre sujeitos são relações de hierarquia e poder, que se sustentam em classificações dadas *a priori* e “naturalizadas” como próprias deste ou daquele grupo. A escola tem sido o veículo de projeção de padrões e modelos que impedem o verdadeiro conhecimento, privilegiando um conhecimento dado e assimilado pela ordem institucional, nem sempre percebido pelos agentes sociais que conduzem o processo educativo.

A diversidade nos espelha como parte das relações de poder e nos envolve em todas as dimensões da vida vivida, no nosso cotidiano e até mesmo ali onde sequer suspeitamos de sua existência. Com isso, vale perceber que:

¹² Artigo apresentado à disciplina Educação e Antropologia, pelo Prof^o Dr. Ciro Bezerra, do curso de Mestrado em Ciências da Educação: Formação Educacional, Educação e Antropologia, ministrada pela Universidade Autônoma Del SUR – UNASUR.

¹³ Graduada em Letras: Português (Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, 2011), graduanda em Letras: Inglês (Universidade Federal de Alagoas – UFAL), Especialização em: Metodologia da Língua Inglesa (Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, 2010), mestranda em Ciências da Educação: Formação Educacional, Interdisciplinaridade e Subjetividade pela Universidade Autônoma Del SUR – UNASUR. E-mail: valquiriamariadonascimento@gmail.com

Nos planos econômico, social, político e das relações pessoais, **diferença** tem significado, em nosso país, quase sempre de **desigualdade**; ou mais exatamente: as diferenças étnicas, culturais, fenotípicas, serviram de marcas entre desiguais sociais. No plano da cultura, porém, a aplicação dessa equivalência (diferença = desigualdade), confunde os partidários da **democracia**, levando-os a postular o fim das diferenças como garantia de igualdade. Eis o que pensaria um **democrata** bem intencionado: **nossos alunos serão iguais a nós quando não forem diferentes** (SANTOS, J. R. 1989, p. 26; grifo nosso).

Nesse sentido, como diz Stolcke (1993, p. 28), compreendemos que “[...] igualdade e diferença [...]” não são categorias absolutas – dependem das relações em jogo para definir o **igual e o diferente** e assim, num processo de poder e dominação, gerar a marginalização e a exclusão.

No campo de força que envolve as relações da escola frente aos diferentes e frente à diferença cultural própria da sociedade brasileira, Santos, J. R. (1989) afirma existir uma imensa ingenuidade. Para ele, é ingênuo pensar em **salvar** o ensino a partir de uma falsa noção de igualdade que desconsidera e faz tábula rasa das diferenças.

Nem a igualdade absoluta, nem a diferença relativa são efetivamente adequadas para compreender e solucionar o problema da diversidade social e cultural. Nisso residem o paradoxo e o desafio de nossas práticas e propostas educativas. Nelas o que está em jogo, mais que as diferenças e a imensa diversidade que nos informa, é a alteridade – espaço permanente de enfrentamento, tensão e complementaridade. Nessa medida, a escola, mais que um

espaço de socialização, torna-se um espaço de sociabilidades, ou seja, um espaço de encontros e desencontros, de buscas e de perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida. A escola por essa perspectiva é, antes de mais nada, um espaço sociocultural.

A heterogeneidade, porém, encontra-se institucionalmente negada, como negada está a condição sociocultural dos alunos, na medida em que a escola pratica o ensino e nega a aprendizagem. Isto é, a escola organiza os processos de compreensão da realidade como universal e única, tomando por base um saber formal e abstrato distanciado do aluno, de sua vida e experiência. O saber que ensina é, então, redutor de culturas que informam as realidades vividas dos sujeitos e desloca suas vidas das problemáticas imediatas que as envolvem, acreditando que o aluno é um tábula rasa sobre o qual deve-se inscrever o conhecimento tido como real e legítimo. Assim, *a escola um saber positivista perante um saber cultural* (ITURRA, 1990, p. 55).

Já no que se refere ao *letramento*, é na segunda metade dos anos 1980 que essa palavra surge no discurso de especialistas das Ciências Linguísticas e da Educação, como uma tradução da palavra da língua inglesa *literacy*. Sua tradução se faz na busca de ampliar o conceito de alfabetização, chamando a atenção não apenas para o domínio da tecnologia do ler e do escrever (codificar e decodificar), mas também para os usos dessas habilidades em práticas sociais em que escrever e ler são necessários.

Implícita nesse conceito está à ideia de que o domínio e o uso da língua escrita trazem consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas,

linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Letramento é, pois o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. Como são muito variados os usos sociais da escrita e as competências a eles associadas (de ler um bilhete simples a escrever um romance), é frequente levar em consideração *níveis de letramento* (dos mais elementares aos mais complexos). Tendo em vista as diferentes funções (para se distrair, para se informar e se posicionar, por exemplo) e as formas pelas quais as pessoas têm acesso à língua escrita - com ampla autonomia, com ajuda do professor ou da professora, ou mesmo por meio de alguém que escreve, por exemplo, cartas ditadas por analfabetos -, a literatura a respeito assume ainda a existência de tipos de *letramento* ou de *letramentos*, no plural.

A motivação para realizar este trabalho surgiu da necessidade de apresentar os muitos desafios que os professores enfrentam com relação as suas práticas educativas e o que veio melhorar participando do Pró Letramento. Pois, o nosso objetivo é mostrar como estes professores conseguiram uma transformação nas suas práticas de ensino, favorecendo na aprendizagem de seus alunos, e mesmo na construção de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades de uso da Língua Materna. Não esquecendo que ao longo do trabalho haverá sempre a interligação referente a diversidade na educação.

Dito isto, é que houve um interesse maior de fazer um estudo acerca de como ocorreu o Pró Letramento no polo de Santana do Ipanema – AL, mostrando detalhes da sua implantação, assim como relatos da Formadora e professoras cursistas deste evento de aprendizagem. Pois, hoje podemos constatar que a leitura e a escrita são um dos maiores desafios encontrados nas salas de aula, visto que, quando estimulados de forma criativa possibilita a redescoberta do prazer de ler, atualização da escrita em contextos sociais e a inserção dos alunos no mundo letrado.

Para melhor situarmos o leitor, faremos primeiramente uma discussão sobre o que é o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Pró Letramento. Que é uma programação de formação continuada semipresencial orientada para a formação de professores de Língua Portuguesa, objetivando a melhoria do ensino-aprendizagem. E que seu foco é a atualização dos saberes profissionais por meio de subsídios e do acompanhamento da ação do professor no próprio local de trabalho. Tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa dos alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. E sua finalidade, elevar a competência dos professores e de seus alunos e, conseqüentemente melhorar a capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade sociocultural.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DURANTE O PRÓ LETRAMENTO

A formação continuada deve ser compreendida como uma ferramenta de profissionalização capaz de proporcionar aos professores, espaços sistemáticos de reflexão conjunta e de investigação, no contexto da escola, acerca das questões enfrentadas pelo coletivo da instituição. Espera-se, também, que ela proporcione espaços para compartilhar experiências e resolução de problemas, como forma de construção de conhecimentos, saberes e competência dos professores. Deve também provocar discussão e reflexão sobre problemas do ensino, articulação com a proposta pedagógica, curricular e plano de ensino, bem como as formas de mobilização da comunidade em torno de um projeto social e educativo da escola.

A diversidade aparece na escola formal de vários modos. Os alunos (crianças, adolescentes, adultos) são procedentes de famílias diferentes, possuem biografias, raízes étnicas e culturais, religiosidades, experiências de vida, valores, visões de mundo, temporalidades, espacialidades, saberes e fazeres que diferem entre si. Eles carregam as marcas (no mais das vezes, invisíveis) de suas origens e pertencimentos, mas isso não é levado em conta na definição dos conteúdos porque a escola se incumbem de hierarquizar novamente o que já se apresenta como desigual, assim como cuida de homogeneizar o que é heterogêneo.

A necessidade constante de atualização não significa, contudo, que a formação continuada se construa tão somente por meio de acúmulo de cursos. Ela deve comportar uma relação essencial e estreita com a dimensão

da prática no cotidiano da escola e com a dimensão formal da proposta pedagógica. Como diz Ângela Kleiman (2006, p.82), “a formação continuada deve existir para o professor aprender coisas novas, aprofundar, não é para remediar, para aprender aquilo que deveria aprender na formação inicial”. Mas o que vem acontecendo é que a formação continuada oferecida para professores está servindo para corrigir possíveis falhas da formação inicial.

A formação de professores se coloca, portanto, como necessária para que a efetiva transformação do ensino se realize. Isso implica revisão e atualização dos currículos oferecidos na formação inicial do professor e a implementação de programas de formação continuada que cumpram não apenas a função de suprir as deficiências da formação inicial, mas que se constituam em espaços privilegiados de investigação didática, orientada para a produção de novos materiais, para a análise e reflexão sobre a prática docente, para a transposição didática dos resultados de pesquisas realizadas na lingüística e na educação em geral. (BRASIL, 1997, P. 67)

Desde então, o ensino de Língua Portuguesa tem sido alvo de críticas quanto à eficiência e qualidade, principalmente em cursos de formação docente. E foi a partir dos exames oficiais de verificação da aprendizagem como o Enem e a prova Brasil, que foi detectado uma situação preocupante quanto ao nível de desempenho de alunos no que se refere às habilidades de leitura e escrita.

Diante disto, foi implantado o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Pró Letramento, que é um programa

de formação continuada orientado para a formação de Professores, Língua Portuguesa, contribuindo no aperfeiçoamento da autonomia do professor na sua prática pedagógica e permitindo ao professor o desenvolvimento de um trabalho baseado em habilidades e competências, assim como colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Considerando a situação concreta dos professores participantes do Pró Letramento, especialmente o fato de eles já estarem em exercício, optou-se pela modalidade semipresencial de formação continuada. Esta formação, apoiada por cadernos teórico/práticos para o estudo autônomo e independente, inclui encontros presenciais para a realização de atividades. E o programa procura garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem por meio de ações sistêmicas e estratégicas de estudos individuais e de atividades presenciais, individuais ou coletivas, coordenadas pelo formador municipal/estadual. Como afirma Kleiman:

Um professor que se reconhece dentro de um contínuo processo de letramento e que se aventura “a experimentar e, com isso, a continuar aprendendo com seus alunos, através de práticas letradas que motivam o grupo todo e atendem, ao mesmo tempo, a interesses e objetivos individuais” (Kleiman, 2007, p. 23).

Iniciamos o trabalho com o relato da Professora Formadora MMCV, do programa ora citado, destacando alguns dos vários processos por ela desempenhados.

Os professores da rede pública de ensino têm enfrentado muitos desafios com relação à prática educativa.

Percebe-se que grande parte dos alunos não tem perspectiva de futuro e apresentam várias dificuldades de aprendizagem. Assim, participar do Pró Letramento, é uma oportunidade ímpar para todos os professores de Língua Portuguesa que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental.

Enquanto professora formadora percebia o interesse, o empenho, a motivação e o tinha sido para todos nós, uma experiência inovadora, já que além da teoria, foi ofertada a oportunidade de realizar a transposição didática em sala, na perspectiva de resgatar a autoestima e a motivação dos educandos, e também a do professor. O curso veio proporcionar uma melhor aprendizagem, contribuindo, assim, para a qualidade do ensino nas escolas públicas do nosso País. Outro sim, o curso propiciou ao professor cursista não só se tornar um melhor usuário da língua, capaz de se posicionar criticamente com relação aos diversos tipos de textos, conduzindo-o a se interessar pela leitura dos mais diversos tipos de textos, inclusive os textos literários. Dessa forma, enquanto profissional poderá atuar de maneira mais produtiva e adequada a sua clientela, capaz de atuar coletivamente, partilhando experiências e projetos e, sobretudo, refletindo sobre sua prática docente e buscando novos métodos, estratégias e materiais mais adequados e inovadores para a sua atuação enquanto profissional responsável e consciente do seu papel: a formação do cidadão crítico e reflexivo, capaz de interagir com o mundo ao seu redor.

No decorrer das oficinas abordamos e refletimos sobre os conteúdos vistos em cada unidade e realizamos atividades individuais e em grupo. Todas as atividades foram coordenadas por mim, professora formadora.

Conduzi o grupo durante as discussões, organizei, administrei o tempo. Sintetizamos ideias, registramos, quando necessário. Socializamos as ideias e foram lidas, quase sempre, “Ampliando nossas referências”. Promovi momentos de interação com o grupo envolvendo outros textos relacionados com a temática estudada.

O aspecto considerado relevante pelo grupo foi o dos relatos das experiências vivenciadas por eles na transposição didática através do “Avançando na prática”. Como o grupo é pequeno, a maioria sempre participava e era possível uma interação entre todos do grupo, obviamente com acompanhamento, sugestões e apoio da professora formadora.

Esse foi o diferencial dessa formação: além de elevar a competência do cursista, oportuniza-o a melhorar a sua prática pedagógica a partir de atividades já propostas pelo próprio programa. Diante de cada conteúdo estudado, era oferecido ao professor cursista a possibilidade de interagir na sua própria prática pedagógica através das atividades do “Avançando na prática” e outras atividades do caderno de aprendizagem do aluno. Essa troca de experiências e reflexão em grupo esclarecia dúvidas, questionava, conduzia a um fortalecimento do grupo, pois a análise crítica da prática em sala de aula das atividades realizadas com os alunos fez o grupo perceber melhor a realidade vivenciada diariamente por todos. São enfim, momentos riquíssimos. A partir deles todos podem buscar um aprimoramento da sua prática buscando garantir uma melhor aprendizagem dos alunos. A cada encontro, a cada estudo e a cada atividade realizada o professor cursista percebe melhor o seu papel social enquanto professor.

Analisei durante o relato do professor cursista, o seu desempenho em sala de aula, como interagiu com os alunos, se houve motivação ao realizar as atividades e li algumas produções dos alunos em sala na execução das atividades.

A maioria dos professores cursistas continuou participando com empenho das oficinas e todos relataram que os alunos demonstraram evolução na aprendizagem e maior interesse na leitura, bem como na interpretação e escrita de textos. A dinâmica do Pró Letramento promoveu ainda o desenvolvimento de outras habilidades como a pesquisa, curiosidades e maior participação e interação durante as aulas e no decorrer do desenvolvimento de trabalhos e socialização dos mesmos. Outro sim, os depoimentos de Professores cursistas enfatizaram uma mudança de postura profissional a partir da formação continuada do Pró Letramento.

CONCLUSÃO

Diante de tudo que vimos, podemos afirmar que o Pró Letramento foi muito importante, pois trouxe para os professores o enriquecimento profissional proporcionando aos mesmos um melhor desempenho em sala de aula, e conseqüentemente um melhor ensino-aprendizagem. Por ser um material riquíssimo, os professores continuarão a usá-lo como apoio à sua prática utilizando diversas atividades propostas tanto nos cadernos de atividades quanto no de Teoria e Prática. Cada professor que conhece o material se encanta e quando passa a utilizá-lo na prática entende realmente a proposta do Pró Letramento.

Tudo isso faz parte do letramento para/no local de trabalho. A formação do professor é uma construção pessoal, decorrente do conhecimento teórico da matéria, do conhecimento sobre os métodos e modos de ensiná-la e das suas experiências (TARDIF, 2002, p. 48), o que certamente inclui experiências didáticas anteriores que o ajudam a determinar, em uma nova situação, como diagnosticar, avaliar e decidir um curso de ação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ITURRA, R. **Fugirás à escola para trabalhar a terra: ensaios de Antropologia Social sobre o insucesso escolar**. Lisboa: Escher, 1990.

KLEIMAN, A. B. (2006b) “**Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento**”, in: CORRÊA, Manoel (Org) *Ensino de Língua: Letramento e Representações*, Campinas, Mercado de letras. Pp. 75-91.

_____. (2007) **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**, *Revista Signo*, Santa Cruz do Sul, V. 32n. 53, p. 1-25, dez.

SANTOS, L. R. **Quanto vale uma criança negra. Ideias em debate**. In: SANTOS, J. R.; VARGAS, E. V. (orgs.). *Literatura e criança*. In: I ENCONTRO LOCAL DO

PROGRAMA QUANTO VALE UMA CRIANÇA
NEGRA. *Anais...*, 1989. Rio de Janeiro: ISER – Instituto de
Estudos da Religião, 1989.

STOLCKE, V. Cultura europeia: uma nova retórica de
exclusão?

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.**
Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAPÍTULO 8

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Josy Matias¹⁴

INTRODUÇÃO

A Educação está associada a procedimentos de socialização e aprendizagem que interferem e promovem processos de desenvolvimento humano, nos quais interagem saberes, habilidades, tecnologias, linguagens, hábitos, mitos, crenças, valores, padrões de conduta, padrões cognitivos e padrões estéticos. As instituições escolares e as práticas de escolarização decorrem da institucionalização dos processos educacionais que se realizavam cotidianamente e que se expressam através do seu projeto político pedagógico. Este processo se dá com a fixação de locais apropriados, programas pré-definidos, metodologias de funcionamento, normas e regras para atingir os objetivos pré-fixados de aprendizagem e formação de identidade daqueles que a frequentam. Assim, se faz indispensável construir o projeto político pedagógico:

¹⁴ Licenciado em Química, Especialista em Química, Direito Educacional e Inspeção Escolar; Mestra em Ciências da Educação, pela Universidad Interamericana / PY; Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental – UTIC / PY.

instrumento de democratização e emancipação no Sistema Municipal de Ensino em Canindé de São Francisco/SE.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade da construção de um instrumento que viabilize a formação de uma escola para todos e que prime pela garantia ao acesso, permanência e desenvolvimento pleno dos aprendizes. É nesse contexto que a LDBEN 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma que compete aos estabelecimentos de ensino elaborar, definir e executar sua proposta político-pedagógica (Inciso I, Art. 12), a partir da observância das diretrizes gerais que regem a educação básica no Brasil, com vistas à efetivação de um ensino que promova a formação comum e igualitária para toda a população – ou seja, exerça sua função social (MAIA & COSTA, 2011, p. 13).

Nessa perspectiva, a escola só viabilizará uma prática coerente com sua função social, caso estabeleça metas que integrem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, objetivando sua emancipação e autonomia. Essa preocupação tem se traduzido, sobretudo, pela reivindicação de um projeto político pedagógico como instrumento para emancipação da democratização da gestão democrática na escola pública dentro do currículo de ensino em Canindé de São Francisco/SE, que permita ouvir e buscar atender às necessidades e especificidades de cada realidade escolar.

É em torno dessas questões que se concentram as reflexões deste texto. Para norteá-las, buscou-se suporte na teoria de alguns autores, com publicações de merecido destaque nessa área (FREIRE, 1979; FERREIRA, 1991 E

2006; VEIGA, 1995; GADOTTI, 2001; PARO, 2002; THIOLLENT, 2002; SAVIANI, 2003; VASCONCELOS, 2004). As considerações desses estudiosos do assunto serviram de referência. A intencionalidade deste texto não está em fornecer um receituário para a construção do Projeto Político Pedagógico. Todavia, sua contribuição poderá servir como base ou ponto de partida para possíveis discussões, nas escolas, no aprofundamento desse tema.

O Projeto Político Pedagógico no Sistema Municipal de Ensino em Canindé de São Francisco/SE, têm sido alvo de polêmicas no meio educacional municipal, devido à importância que o referido documento foi adquirindo, desde sua implantação, em 1996, através da LDB (9394-96) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Por tratar-se de um documento fundamental da escola na busca da identidade, sua elaboração exige a participação de todos os envolvidos no processo educativo, no âmbito dessa instituição, porém, na prática não funciona.

Este entendimento remete-nos as questões iniciais: Como está se desenvolvendo o Projeto Político Pedagógico como instrumento Social no Sistema Municipal de Educação de Canindé do São Francisco/SE? Como está se desenvolvendo o Projeto Político Pedagógico como instrumento de gestão no Sistema Municipal de Educação de Canindé do São Francisco/SE? Como está se desenvolvendo o Projeto Político Pedagógico como instrumento Pedagógico no Sistema Municipal de Educação de Canindé do São Francisco/SE? A escolha da referida temática decorre da observação de alguns fatores

observados no cotidiano escolar: a burocratização do planejamento, o currículo descontextualizado sendo considerado somente como um documento obrigatório, muitas vezes “construído” para cumprir a lei e ser arquivado dentro da gaveta; a necessidade que a escola apresenta de um trabalho coletivo, para promover com eficácia transformações significativas com continuidade fora da sala de aula, a dificuldade da implantação da gestão democrática a democratização do ensino público e a valorização curricular, justifica-se a escolha.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade da construção de um instrumento que viabilize a formatação de uma escola para todos e que prime pela garantia ao acesso, permanência e desenvolvimento pleno dos aprendizes. É nesse contexto que a LDBEN 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma que compete aos estabelecimentos de ensino elaborar, definir e executar sua proposta político-pedagógica (Inciso I, Art. 12), a partir da observância das diretrizes gerais que regem a educação básica no Brasil, com vistas à efetivação de um ensino que promova a formação comum e igualitária para toda a população – ou seja, exerça sua função social (MAIA & COSTA, 2011, p. 13).

Neste sentido, entendemos o currículo como campo político-pedagógico no qual as diversas relações - entre os sujeitos, conhecimento e realidade - constroem novos saberes e reconstroem-se a partir dos saberes produzidos. Neste processo dinâmico e dialético, a realidade é o chão sobre o qual o educador e educando constroem seus processos de aprendizagens. A

contextualização deixa de ser um adjetivo do currículo e passa a ser um substantivo. Currículo e gestão democrática são dois elementos tão imbricadamente associados, que o entendimento de um, leva ao aprofundamento do outro e vice versa. Por isso a gestão democrática deve fazer parte do currículo do município de Canindé de São Francisco/SE.

O presente estudo tem como objetivo analisar a construção do Projeto Político Pedagógico como instrumento de democratização e emancipação no sistema Municipal de Educação e permita ouvir e buscar atender às necessidades, especificidades e a realidade de 3 (três) escolas públicas na área urbana em Canindé de São Francisco/SE.

MARCO TEÓRICO

Conceituar “projeto político pedagógico” é de suma importância para compreensão desse instrumento como princípio norteador do processo de emancipação, autonomia e democratização da escola pública nas esferas pedagógica, administrativa e financeira.

Desse modo, torna-se imprescindível a análise do significado epistemológico dos termos que o integram, com vistas ao entendimento sobre a relevância da construção desse documento para uma instituição de ensino público.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: O QUE É E A QUEM SERVE?

Segundo Maia & Costa (2011, p. 17) o termo projeto deriva do vocábulo latino *projectus* que exprime o significado de “algo lançado para frente”. Reforçando esse entendimento Gadotti (2001, p. 45) sugere que a palavra projeto provém do verbo projetar, que implica na ação de lançar-se para frente, denotando a ideia de movimento, de mudança. Veiga (2004, p. 12) reafirma esse conceito ao dizer que o termo projeto “vem do latim *projectus*, participio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante”. Portanto, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que deve ser pensado e projetado com a finalidade de atingir algo que vai acontecer, que se tem a intenção de fazer, que é antecipado. Nesse contexto Alvaréz (*apud* BOUTINET, 2002) diz que o projeto representa o laço entre presente e futuro, constituindo-se, assim, a marca dessa transição.

Sendo um desígnio pensado e planejado para o futuro, objetivando a ruptura com o modelo de educação tradicional, o PPP deve ser inerente à realidade e características de cada instituição escolar, cabendo, assim, sua formatação única e exclusivamente aos atores que compõem a vivência desse espaço. Nesse sentido Gadotti (*apud* MAIA & COSTA, 2011, p. 18) diz que:

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um

período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (*apud* MAIA & COSTA, 2011, p. 18).

O vocábulo política decorre da palavra grega *politika*, que tem origem no termo *polis* – que significa “cidade”, entendida como uma comunidade organizada, composta por cidadãos - *politikos*, livres, iguais e portadores de direitos e deveres. A palavra grega *politiké* significa “a arte de governar cidades”, a partir da observância de princípios e objetivos comuns, mediante o uso de táticas e estratégias que possibilitem a ação do bom governo (MAIA & COSTA, 2011, p. 18).

Segundo Baffi (2002) essa ação participativa efetiva-se através da garantia de dois paradigmas inquestionáveis: a isonomia – significando igualdade perante a lei; e, a isegoria – isto é o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a “cidade” – comunidade, deve ou não deve realizar.

Em conformidade com Veiga (2004, p. 12), o PPP constitui-se em um instrumento projetado para frente, onde se planeja a intenção de fazer e de realizar, partindo do conhecimento (diagnóstico) da realidade de cada instituição de ensino. Corroborando com esse pensamento Maia & Costa (2011, p. 19), afirmam que “o PPP é a concretização do processo mental coletivo escolar, com a finalidade de

construir, de forma dinâmica, socializadora e crítica, uma instituição constituída por cidadãos e formadora destes”. Nesse sentido,

Veiga (1998, p. 13), declara que,

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1998, p. 13),

Pode-se afirmar, assim, que o PPP é o plano global da escola, um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade, por isso sua construção deverá ser coletiva, participativa e democrática, possibilitando o encontro, a reflexão e a ação sobre a realidade numas práxis libertadora e emancipatória. Desta forma, esse documento torna-se o orientador da ação educativa, onde se registram os alvos a atingir, as opções estratégicas a seguir, em função do diagnóstico realizado, dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas. É, também, um processo e um produto de uma planificação destinada a orientar a organização e o funcionamento da

escola, tendo em vista a obtenção de determinados resultados (VASCONCELLOS, 1995, p. 12-13).

Segundo Boutinet (2002, p. 22), o Projeto Político Pedagógico indica o rumo que a escola deve percorrer, correspondendo às tomadas de decisões educacionais pelos agentes escolares que o concebem, planejando, executando e avaliando sempre, tendo por base a organização do trabalho escolar de forma integral. Nesse contexto é um instrumento teórico-metodológico que a instituição de ensino constrói coletivamente – integrando todos os seus atores, em busca de um caminho que remeterá à concretização de sua função social, política e educativa.

DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO: MARCOS POLÍTICOS E HISTÓRICOS PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO BRASIL

O ser humano é dotado de desejo e capacidade de transformar a sua realidade e o processo histórico, com vistas a conquistar espaços, alcançar metas e estabelecer novos paradigmas sociais, políticos, econômicos e educacionais. É nesse contexto da não aceitação do imposto pelo poder dominante, opressor e excludente e da necessidade de vivenciar um novo modelo de sociedade que nasce uma luta pela democratização do Estado brasileiro (GADOTTI & ROMÃO, 1997).

Assim, a crise de identidade no poder político e o anseio das massas trabalhadoras por transformações no cenário administrativo Nacional propiciaram – no início da década de 1980, um debate sobre a democratização e a

função da educação, principalmente, a partir de 1986, com a composição da Assembleia Nacional Constituinte, que dois anos depois aprovaria a Constituição Cidadã (1988), que definiu a educação como dever do Estado e direito de todos (MELO, 2003, p. 53).

No entanto, a ênfase na implantação de programas e projetos voltados para a gestão educacional e para emancipação da escola pública faz parte de um movimento que eclodiu nos anos de 1990. Nesse período foram definidos novos caminhos organizacionais para as instituições de ensino público, ancorados em estratégias de descentralização e autonomia do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, percebe-se que o desejo pela construção de um Projeto Político Pedagógico com o objetivo de emancipar o ensino público perpassa a história da educação brasileira, constituindo-se em objeto de estudos e pesquisas para pedagogos, professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino e a construção de um processo educativo autônomo, democrático e emancipatório. Nesse sentido, Veiga (1998, p. 13, 14), afirma que,

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da

burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1998, p. 13, 14).

Sendo assim, o PPP é indispensável a qualquer unidade de ensino, para que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ESCOLA: O ELO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

A escola é uma instituição social cujo objetivo central é o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, por sua vez, deve acontecer de forma contextualizada e lúdica, possibilitando, dessa forma, desenvolver nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem, conforme Libâneo (2005, p.117):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos (LIBÂNEO, 2005, p. 117).

Partindo desse pressuposto, a instituição de ensino deve ser um espaço vivo, democrático e interativo, onde os temas abordados estejam relacionados à realidade, à vida e ao cotidiano dos educandos. Não pode ser neutra ou indiferente aos problemas sociais, mas deve induzir os aprendizes a práticas coletivas de discussão na busca de soluções para os problemas que direta ou indiretamente lhe são afetos (CAVALCANTE, 2003, p. 27).

Nessa perspectiva, Maia & Costa (2011, p. 17) afirma que o cerne da função da educação e dos profissionais que atuam na escola é a busca pela formação dos educandos, mediante o planejamento das aulas, a escolha e definição de metodologias e processos avaliativos e a construção e efetivação dos planos de ensino. Nesse contexto, segundo esses autores, é o Projeto Político Pedagógico que irá estabelecer “o tipo de formação que se oferece ou se quer proporcionar na instituição escolar”.

Para tanto, é preciso romper com o modelo de educação tradicional e segregacionista, com vistas à implantação de um novo paradigma de escola pública. Esse modelo deve ter como base à gestão democrática e a autonomia da instituição, mediante práticas participativas, descentralização do poder, socialização das decisões e responsabilidades, onde seja possível a efetiva participação de educadores e educadoras, aprendizes, famílias, equipes diretiva, técnica e pedagógica e comunidade como um todo. Nesse sentido, Vasconcelos (2002, p.21) afirma que “é o projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e através disto permitir o

diálogo consistente e fecundo com a comunidade, e mesmo com os órgãos dirigentes.”.

Dessa forma, é competência exclusiva da escola – através do envolvimento de todos os seus partícipes, elaborar e levar a efeito o seu PPP. E nesse processo é preciso que as partes estejam imbuídas no propósito de dirimir dúvidas, superar contradições, romper barreiras e diferenças e assumir o compromisso de construir um instrumento teórico que possibilite uma prática educativa voltada para formação plena do educando, atendendo suas necessidades e expectativas pertinentes à construção do conhecimento e aos conflitos sociais da época.

Nesse sentido, Prais (*apud* MAIA & COSTA, 2011, p. 58) afirma que os agentes da escola devem trabalhar a “capacidade de saber ouvir, alinhar ideias, questionar, interferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com propósito de coordenar efetivamente o processo educativo, o cumprimento da função social e política da instituição de ensino”.

O princípio básico que permeia a democracia é a participação. Assim, a formatação do PPP extrapola o campo diretivo e pedagógico da escola, haja vista a inclusão nesse processo de outras instâncias colegiadas e que integram a vida dessa instituição – conforme dispõem os diversos instrumentos constituições e legais vigentes.

Nesse sentido, destacam-se: 1) Conselho Escolar: é um órgão colegiado e representativo da comunidade escolar – composto pelos seguintes representantes da ação educativa: diretor, representante da equipe pedagógica, do corpo docente e discente, dos funcionários administrativos

e dos serviços gerais, dos pais, do grêmio estudantil e de outros segmentos da sociedade civil. Esse colegiado tem natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da comunidade escolar; 2) Associação de Pais, Mestres e Funcionários: É um órgão que tem como objetivo discutir, colaborar e participar das decisões coletivas inerentes à escola, visando à melhoria do processo pedagógico e administrativo. É composto por representantes dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino; 3) Grêmio Estudantil: representa os interesses e os direitos dos educandos, mediante o diálogo com a equipe diretiva e pedagógica da escola, por isso é um exercício político, cooperando para melhoria da qualidade de ensino e para emancipação da instituição. Apresenta, também, fins culturais, educacionais, desportivos e sociais; 4) Conselho de Classe: é um órgão colegiado responsável pelo acompanhamento e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, sendo constituído por educadores docentes e não docentes, educandos, equipe pedagógica e direção (MAIA & COSTA, p. 86, 87, 89, 90, 92).

CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

As práticas educativas vinculadas aos paradigmas neoliberais, onde as decisões são tomadas por um grupo de técnicos e/ou profissionais ligados aos órgãos oficiais da

administração, só poderão ser suprimidas caso haja um processo de inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. Desta forma, a produção de um PPP com vistas à transformação da prática escolar e social vigentes e predominantes no modelo neoliberal e capitalista, deve ser fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade escolar, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de um novo paradigma pedagógico e de gestão para a educação pública. Portanto, esse instrumento de emancipação é, sobretudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo. Nessa perspectiva, Maia & Costa (2011, p. 21) declara que,

O PPP tem a finalidade de promover uma reflexão coletiva e a explicitação da compreensão e das intenções políticas do trabalho da instituição escolar, dos objetivos educacionais e da organização do conjunto de ações, relações e práticas pedagógicas para a melhoria da qualidade de ensino (MAIA & COSTA, 2011, p. 21).

Compreende-se, ainda, a partir do pensamento acima, que a prática de construção de um projeto para emancipação da escola, deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e, pressupõe a inclusão, o aperfeiçoamento e a formação dos agentes do processo de ensino-aprendizagem. Assim, a participação coletiva na elaboração do PPP é o princípio básico que possibilitará o

rompimento e superação das resistências relativas aos novos paradigmas e práticas educativas.

Segundo Maia & Costa (2011, p. 59) promover a mobilização, participação e articulação entre a escola, família e comunidade não é tarefa fácil, pois “exige uma postura crítica e espontânea por parte de todos os atores da escola”. É nesse ponto, de acordo com esses teóricos, que reside à complexidade para construção coletiva do PPP.

Entretanto, superar tais obstáculos e estabelecer um espaço de debate democrático, decisões horizontalizadas e gestão participativa, é o único meio para romper com os atuais modelos de gestão e organização do ensino público brasileiro. Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico como produto da participação e decisão coletiva dos atores que integram as instituições de ensino público, visa conduzir a escola à criação de sua própria identidade e à conquista de sua autonomia, promovendo, assim, sua real e plena emancipação.

Dessa forma, elaborar e efetivar o PPP trata-se de um processo dinâmico e coletivo, como garantia de sua legitimidade e exequibilidade. Não se restringe a simples elaboração técnica de um documento, escrito por um grupo de pessoas. É um processo, e como tal, deve ser formatado a partir do comprometimento e participação das pessoas envolvidas no contexto escolar. Sendo assim, esse instrumento busca um rumo, uma direção, através de uma ação intencional – programada para frente e com um sentido explícito. Por isso, as duas dimensões do projeto da e para escola estão intimamente vinculadas ao compromisso sócio-político e aos reais interesses da sociedade atual.

A instituição de ensino deve ser concebida levando em considerando a sua totalidade, a partir do estabelecimento de diretrizes que explicitem a sua compreensão de educação, ser humano, sociedade e mundo. Nesse sentido, a organização escolar atual deve ter como base a responsabilidade coletiva, descentralização da educação e participação direta de todos os membros da instituição. Dessa forma, pensar e construir uma escola depende essencialmente de se colocar em prática duas concepções: política e pedagógica. Essas se complementam, realimentam-se e corporificam-se na construção do Projeto Político Pedagógico.

Nessa perspectiva, a escola, tomando para si o objetivo de formar pessoas capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação sejam consideradas relevantes para promoção, desenvolvimento e socialização dos educandos, assim como, para o exercício de seus direitos e deveres. Para isso, mais do que se adequar às diretrizes legais, o desafio maior é o de promover um novo paradigma da educação, especialmente no que concerne aos aspectos metodológicos, administrativos e pedagógicos que permeiam a instituição escolar.

Assim, durante o processo de construção do PPP, faz-se necessário considerar alguns princípios, tais como: observar a adequação do texto às concepções teóricas que regem o processo de ensino-aprendizagem; verificar a consonância do documento com os princípios

constitucionais e legais inerentes à educação; primar por uma proposta que promova a gestão democrática; perceber se existe uma proposta curricular articulada em seus termos; prever a formação continuada dos segmentos escolares e a melhoria dos espaços e equipamentos.

Partindo desses pressupostos, Veiga (1998, p. 23-28), afirma que a construção do PPP é marcada por três atos distintos: 1) Situacional: Descreve-se a realidade da escola; 2) Conceitual: Relaciona-se à concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; e, 3) Operacional: mostra as ações para a operacionalização do projeto. Assim, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico requer dos envolvidos uma definição dos componentes curriculares, de modo a articular experiências concretas dos alunos, conhecimentos científicos e realidade social.

O que se espera é que a escola, em sua prática pedagógica e através do currículo contextualizado possibilite a formação de cidadãos capazes, pelo instrumental adquirido de compreender a sociedade em que se inserem, considerar seus aspectos contraditórios e atuar nela de forma consciente, lutando para superar as relações atuais e, ao mesmo tempo, construir modos de vida mais igualitários, mais dignos e menos individualizados. Trata-se, portanto, de um desafio político e pedagógico, em que a escola é movida a enfrentar suas próprias contradições.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracterizar-se-á como aplicada, transversal, quantitativa e descritiva. Considerando-se a sua finalidade, consiste em uma pesquisa aplicada, uma vez que, segundo Del-Buono (2015) “utiliza-se dos conhecimentos obtidos pela pesquisa básica para solucionar ações concretas e solucionar os problemas existentes”.

De acordo com o alcance de tempo, possui um modelo transversal, visto que, segundo Sampieri; Collado; Lucio, (2010, p. 230) “descreve relações entre duas ou mais categorias, conceitos ou variáveis em um momento determinado”.

Optou-se pelo enfoque quantitativo, tendo em vista que a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Objetiva a aquisição de resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação e que possibilitem a maximização da margem de segurança (DIEHL, 2004).

As pesquisas descritivas objetivam identificar correlação entre variáveis e focam-se não somente na descoberta, mas também, análise dos fatos, descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os. Trata-se, portanto de uma análise aprofundada da realidade pesquisada. A pesquisa descritiva tem como característica “descrever o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis e possibilita ao

investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (GIL, 2010).

Com um recorte temporal entre 2019 e 2020.

Todo trabalho científico exige normas de elaboração e formatação. Esta investigação estará utilizando as normas para trabalhos acadêmicos expressados pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas conforme atualizações de 2019.

DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

O plano concebido para obter as informações desejadas será não experimental, na qual não há manipulação de variáveis. Segundo Kerlinger (2002, p. 420) apud Sampieri (2006, p. 223): “Na pesquisa não experimental não é possível manipular as variáveis ou distribuir aleatoriamente os participantes ou tratamentos”. Ou seja, não se constrói uma situação, mas se observa situações já existentes, não provocadas intencionalmente pelo pesquisador.

POPULAÇÃO, AMOSTRA E AMOSTRAGEM

A população que circunscreverá esta investigação será composta por 15 (quinze professores) sendo 5 (cinco) de cada escola, 9 (nove) pessoas da equipe diretiva, e 15 (quinze) alunos, 15 (quinze) pais, 9 (nove) funcionários, no município de Canindé de São Francisco/SE. Conforme se apresenta na tabela abaixo caracterizando o tamanho da população:

Tabela 1. *População.*

ESCOLA 1	ESCOLA 2	ESCOLA 3
3 (três) equipe diretiva;	3 (três) equipe diretiva;	3 (três) equipe diretiva;
5 (cinco) professores;	5 (cinco) professores;	5 (cinco) professores;
5 (cinco) alunos	5 (cinco) alunos	5 (cinco) alunos
5 (cinco) pais	5 (cinco) pais	5 (cinco) pais
3 (três) Funcionários	3 (três) Funcionários	3 (três) Funcionários
Total: 21	Total: 21	Total: 21

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2019

CONCLUSÃO

A instituição de ensino deve ser concebida levando em consideração a sua totalidade, a partir do estabelecimento de diretrizes que explicitem a sua compreensão de educação, ser humano, sociedade e mundo. Nesse sentido, a organização escolar atual deve ter como base a responsabilidade coletiva, descentralização da educação e participação direta de todos os membros da instituição. Dessa forma, pensar e construir uma escola depende essencialmente de se colocar em prática duas concepções: política e pedagógica. Essas se complementam, realimentam-se e corporificam-se na construção do Projeto Político Pedagógico.

Nessa perspectiva, a escola, tomando para si o objetivo de formar pessoas capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação sejam consideradas relevantes para promoção, desenvolvimento e socialização dos educandos, assim como, para o exercício de seus direitos e deveres. Para isso, mais do que se adequar às diretrizes legais, o desafio maior é o de promover um novo paradigma da educação, especialmente no que concerne aos aspectos metodológicos, administrativos e pedagógicos que permeiam a instituição escolar.

Assim, durante o processo de construção do PPP como instrumento de democratização e emancipação no Sistema Municipal de Ensino, faz-se necessário considerar alguns princípios, tais como: observar a adequação do texto às concepções teóricas que regem o processo de ensino-aprendizagem; verificar a consonância do documento com os princípios constitucionais e legais inerentes à educação; primar por uma proposta que promova a gestão democrática; perceber se existe uma proposta curricular articulada em seus termos; prever a formação continuada dos segmentos escolares e a melhoria dos espaços e equipamentos.

Assim, percebeu-se, que a escola em sua prática pedagógica, mesmo limitada é uma propulsora de políticas educacionais que podem ser construídas e reconstruídas através da democratização e emancipação de todos aqueles que fazem o Sistema de Ensino. É uma implementação de

práticas participativas, comprometidas com o diálogo, o respeito e a efetivação de políticas públicas voltadas para a democratização e emancipação.

REFERÊNCIAS

ANDRE, M. E. D. **O Projeto Pedagógico como Suporte para Novas Formas de Avaliação.** In. CASTRO, Amélia Domingues; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Orgs.). **Ensinar à Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

BARROS, Abdízia Maria Alves; COSTA, Cibele de Melo & CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva. **Didática Geral.** Maceió: UFAL, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social.** 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BOUTINET, J. **Antropologia do Projeto.** 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para Educação.** LDBEN N.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação.** PNE/Lei N.º 10.172, de 9 de Janeiro de 2001.

CAVALCANTE, Luiz Henrique de Oliveira (org.). **A Paixão de Ensinar/Aprender: Construindo Os Fundamentos Psicopedagógicos da Educação**. Maceió: UFAL, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Vozes, 1997.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FERREIRA, Naura S.C; AGUIAR, Márcia da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____, M. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

_____ M. & ROMÃO, J. E. (orgs.) **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.;
Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.
2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloisa *et al.* **A Escola Participativa - O Trabalho do Gestor Escolar.** 4ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MAIA, Benjamin Perez & COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Os Desafios e Superações na Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico.** Curitiba: Ibpex, 2011.

MELO, Adriana Almeida Sales. **Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação II.** Maceió: UFAL, 2003.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública.** Ática, 2002.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia prático para eficiência nos estudos.** São Paulo: Atlas, 1979.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 33ª ed. Campinas SP. Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.v.5).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11^a ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

VASCONCELLOS, C. dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

MATIAS, Josy. **Projeto Político Pedagógico: Instrumento de Democratização e Emancipação no Sistema Municipal de Educação de Canindé de São Francisco**. UTIC – Universidad Tecnológica Intercontinental. Assunção – PY.

CAPÍTULO 9

ANTROPOLOGIA E AMBIENTE ESCOLAR: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

*Ivoni Lima de Andrade*¹⁵
*Jackson Douglas Santana*¹⁶

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre o processo de ensino voltado a valorização da cultura no município de Itabaiana Sergipe. Este trabalho pretende contribuir com um debate a respeito da grande importância da relação entre a abordagem cultural no ambiente escolar, principalmente em uma perspectiva de respeito à diferença e a diversidade cultural.

Busca-se compreender conceitos de antropologia e cultura, assim como a educação voltada ao universo educacional, destacando o papel de todos os agentes envolvidos com a educação, a exemplo dos pais,

¹⁵ Mestre em ciências da educação. Especialista em Matemática, Educação Matemática e Ensino da Matemática I/ Facear e Masteridéia, 2006. Especialista em História e Geografia: Uma Interação Interdisciplinar, com concentração em História e Geografia/ Facear e Masteridéia, 2007. Licenciado em Pedagogia em Regime Especial – Licenciatura Plena/ Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2003. vereadoraivoni@gmail.com

¹⁶ Mestre em ciências da educação. Especialista em Educação Matemática e Ensino da Matemática/ FACEAR, MASTERIDEIA, 2005. Licenciatura em Matemática/ UFS, 2002. jdsprofessor@gmail.com

professores, equipe diretiva, educadores em geral, aluno e sociedade, para o desenvolvimento de práticas educacionais voltadas ao ensino da cultura como aliada ao processo de ensino-aprendizagem.

Para alcançar tais objetivos foram realizadas pesquisas bibliográficas, além de uma pesquisa de campo na Escola Estadual Eduardo Silveira, situado no município de Itabaiana Sergipe. Esta instituição desenvolve um projeto intitulado: “Projeto Afro indígena: a cor do Brasil, a cor da cultura”, tendo como público alvo alunos das vinte e três turmas do ensino médio, divididas entre os turnos matutinos e vespertinos, na instituição acima referida.

1. ANTROPOLOGIA: A CIÊNCIA QUE ESTUDA O HOMEM.

O surgimento da antropologia está ligado ao homem, trata-se de uma ciência que busca estudar a origem do ser humano e suas culturas das mais simples as mais diversificadas, além dos costumes da sociedade.

A antropologia pode ser conceituada em uma definição mais geral, talvez clássica, como o estudo do homem (Siqueira, 2007). Ainda sobre o conceito de antropologia, segundo Rosistolato (2008), a mesma “estabeleceu-se como ciência que constrói conhecimento a partir da percepção do “outro”, buscando o sentido e os significados de suas relações, entendendo os contextos que englobam e orientam ações individuais” (p. 1). O autor complementa afirmando que a antropologia tem como objeto de estudo o comportamento do homem a partir da sua cultura, a qual também é possível identificar na escola.

A autora Sinara Queiroz salienta para as contribuições da antropologia ao afirmar que:

A antropologia é uma ciência que nos trouxe contribuições, para que possamos admitir diversos modos de vida e comportamentos de vários povos, ela nos oferece uma apresentação de seus dados, a dignidade essencial de todas as culturas humanas (QUEIROZ, 2011, p.7).

Percebe-se que a antropologia contribuiu e tem contribuído para o melhoramento das relações pessoais e sociais, a medida que analisa e admite os diversos tipos de comportamento e modos de vida que possibilitam o que chamamos de culturas diferentes.

Diferenças presentes no ambiente escolar e que precisa ser trabalhadas para que as mesmas não sejam motivo de preconceito ou discriminação. Sendo assim, no tópico seguinte serão apresentados argumentos que vislumbra a importância e necessidade da utilização da antropologia no ambiente escolar.

2. EDUCAÇÃO E ANTROPOLOGIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

A relação entre a educação e a antropologia é uma relação necessária porque a educação, na contemporaneidade vem enfrentando grandes desafios quanto a aceitação e/ou valorização das culturais, o reconhecimento das origens culturais de cada ser humano, a falta de respeito das diferentes ideologias, hábitos e costumes, assim como a falta espírito cidadão e humanístico, que por sua vez, acabam levando a problemas secundários a exemplo da violência nas escolas, a

segregação, a perda do referencial de cultura ou até mesmo a incorporação de uma cultura mediática como “sua”.

A relação entre antropologia e educação se reafirma na comprovação de que esta ciência tem fundamentação necessária para compreender as relações culturais dentro do ambiente escolar, com é possível detectar na afirmação do autor Rosistolato (2008) quando apresenta a seguinte afirmativa: A antropologia é a ciência da cultura e os fenômenos educacionais também são fenômenos culturais. Assim, é possível pensar os fenômenos educacionais enquanto fenômenos da cultura a partir dos problemas colocados pela antropologia (p. 5).

Dessa forma, emerge-se a necessidade de implantação de ações voltadas ao combate a estas práticas que podem ser amenizadas a partir da utilização da ciência antropologia contribuindo com as ações, as práticas educacionais e dos processos educativos. Na medida em que utiliza-se dos referenciais teóricos desta ciência para comprovar métodos ou para entender as problemas e buscar soluções para as mesma.

Na relação entre antropologia e educação abre-se um espaço para debate, reflexão e intervenção, que acolhe desde o contexto cultural da aprendizagem, os efeitos sobre a diferença cultural, racial, étnica e de gênero, até os sucessos e insucessos do sistema escolar em face de uma ordem social em mudança. Nesse sentido, como ciência e, em particular, como ciência aplicada, antropologia e antropólogos estiveram, no passado e no presente, preocupados com o universo das diferenças e das práticas educativas (GUSMÃO, 2008, p. 3).

Infere-se a relação entre antropologia e educação é muito produtiva quando a mesma está relacionada ao aspecto cultural racial, étnica e de gênero encontrados no ambiente escolar.

O horizonte da antropológica na educação é voltada para uma abordagem cultural, pois como a antropologia tem como objeto de estudo o homem a partir de suas manifestações culturais, as mesmas são visíveis em uma sala de aula, por exemplo, ao passo que neste ambiente cada aluno tem um conceito de cultura diferente, assim como hábitos diferenciados, apreendidos na família. Portanto através do olhar antropológico é possível “pensar a educação como cultura e a escola como lugar de identidades plurais” (TOSTA, 2011, p.16)

Dessa forma, a escola tem papel fundamental para no ajusto do “outro” como ser social e cultural. Assim a escola precisa trabalhar o desenvolvimento da formação de consciência do respeito a cultura de cada um, não considerando a sua melhor ou superior que a de outrem, assim “poderíamos dizer que a antropologia busca produzir um conhecimento sobre nós, mas através do desvio pelo outro” (SIQUEIRA, 2007, p.15).

Outro ponto a ser considerado na relação da antropologia e educação é a possibilidade “promover novas perspectivas analíticas” (ROSISTOLATO, 2008), voltadas as estas áreas do conhecimento, ou seja desta relação podem surgir novos conceitos, métodos, técnicas e referenciais para a utilização da ciência em prol da resolução dos problemas da sociedade, como exemplo será apresentado a seguinte dados obtidos através de pesquisa de

campo em uma escola Estadual do município de Itabaiana, no estado de Sergipe.

3. A RELAÇÃO ENTRE ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL EDUARDO SILVEIRA, NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA SERGIPE

Com o objetivo de compreender melhor o processo de contribuição da antropologia no ambiente escolar foi realizada uma pesquisa de campo no mês de janeiro de 2015, na Escola Estadual Eduardo Silveira, situado á Rua José Ferreira Lima, número 739, no município de Itabaiana, no agreste do estado de Sergipe. A Escola Estadual Eduardo Silveira atende em média 690 alunos, distribuídos em 23 turmas entre o turno matutino e vespertino.

A referida escola constituiu-se como lócus da presente pesquisa por se tratar de uma escola que tem em seu plano pedagógico o projeto intitulado: “Projeto Afro indígena: a cor do Brasil, a cor da cultura”, que visa o desenvolvimento de práticas voltadas a valorização da cultura, o respeito a diversidade, a busca da harmonia no convívio social, dentre outros, por meio da realização e desenvolvimento do projeto pedagógico já mencionado, o qual foi criado no ano de 2014.

Dessa forma, os dados apresentados neste tópico são resultantes da leitura do projeto “Projeto Afro indígena: a cor do Brasil, a cor da cultura”, assim como da própria observação durante as três visitas realizadas na instituição pesquisada.

O referido projeto está sendo desenvolvido a partir da problemática historicamente construída, referente a segregação racial e marginalização de grupos étnicos, a

exemplo dos negros e indígenas habitantes do Brasil. Além das necessidades de políticas públicas voltadas a extinção das desigualdades entre brancos, pardos, negros e índios. (PROJETO, 2014).

Diante destas problemáticas existentes o objetivo do referido projeto é “contribuir para erradicar qualquer tipo de preconceito em relação aos povos afro-indígenas e seus descendentes, reconhecendo suas vitais colaborações para a formação do povo brasileiro”. (PROJETO, 2014, p. 6).

As atividades desenvolvidas pelo projeto apresentam diferenciação entre as turmas, afinal trata-se de turmas do ensino médio, mas, no entanto, são séries diferentes com faixa etária dos alunos também diferenciadas, dessa forma a metodologia adotada em cada turma é específica para o respectivo público. Entre as atividades propostas no projeto estão as apresentações teatrais, exposição de cartazes, fotografias, obras literárias, sessão de cinema, capoeira, recitação de poemas, dentre outras formas de ajudar os alunos a compreender suas raízes culturais e respeitar as diferentes raças, costumes, valores, culturas e ideologias, como descrito nas atividades do referido projeto:

- 1- Sessões de cinema;
- 2- Manifestações populares brasileiras [...];
- 3- A história dos quilombos (no Brasil e em Sergipe);
- 4- Grupos indígenas no Brasil (reservas indígenas no Brasil e em Sergipe);
- 5- Lendas africanas;
- 6- Lendas indígenas;
- 7- Artes indígenas;

- 8- Artes africanas;
- 9- Montagem de uma oca indígena e apresentações de rituais religiosos;
- 10- Obras literárias que retratem as questões relacionadas à cultura afro-brasileira
- 11- Produção de glossário com termos indígenas e afro-linguísticos. (PROJETO, 2014, p. 7).

Dessa forma, a Escola Estadual Eduardo Silveira vem contribuindo para o resgate da cultura, através do resgate das raízes culturais do povo com a finalidade de compreender o presente ajudar a formular novas ações no futuro que permeiam a erradicação de qualquer forma de preconceito e marginalização de grupos étnicos, na medida que proporciona aos alunos momentos de reflexão dos seus próprios atos, interação entre os demais alunos de diferentes culturas, a construção do material a ser utilizado nas apresentações, além do conhecimento de aspectos culturais do Brasil, assim como suas principais características.

Portanto, o exemplo da Escola Estadual Eduardo Silveira que a relação entre a antropologia e a educação é uma relação necessária na atualidade para promover soluções dos problemas atuais referentes a conjuntura da cultura.

CONCLUSÃO

Neste artigo foi apresentada a antropologia como a ciência que estuda o homem e suas relações culturais, dessa forma o aspecto priorizado foi a cultura como elemento presente na sociedade e no ambiente escolar, e que

apresenta problemáticas as quais precisam ser estudadas e analisadas pelo conhecimento científico para encontrar soluções. Logo, a antropologia, surge neste cenário como ferramenta necessária, emergente e primordial.

Através do exemplo da Escola Estadual Eduardo Silveira, foi possível perceber que a relação entre a antropologia e a educação é algo possível e proveitoso. Espera-se que mais escolas tomem consciência da importância da interdisciplinaridade entre as ciências e as diversas áreas do conhecimento para formular novas formas de enxergar a sociedade e principalmente a escola, assim como utilizar referenciais teóricos para compreender e solucionar problemas do cotidiano.

REFERÊNCIAS

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade**. Revista Scielo. Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a04> **Projeto afro-indígena: a cor do Brasil, a cor da cultura**. Escola Estadual Eduardo Silveira. Itabaiana, 2014.

QUEIROZ, Sinara Leite. **DISTINÇÕES ENTRE ANTROPOLOGIA E FILOSOFIA** Revista Pandora Brasil. ISSN 2175-3318. Número 34, Setembro de 2011, p. 87-98. Disponível revistapandorabrasil.com/revista_pandora/filosofia_34/sinara.pdf SIQUEIRA, Euler David. **Antropologia: uma introdução**. Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2007.

ROSISTOLATO, Rodrigo. **Ensino de antropologia: reflexão ou intervenção cultural?** 26^a. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, 2008.

SIQUEIRA, Euler David. **Antropologia: uma introdução.** Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2007. Disponível em:https://admpub.files.wordpress.com/.../antropologia_completo_revisado

TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia e educação: Interfaces em construção e as culturas na escola.** Revista inter-legere.2011 Disponível em:www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/pdf/09es14.pdf

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://instagram.com/editoraolyver)



www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com